# Estado de Pernambuco

Poder Legislativo Ano LXXXII • Nº 98

Recife, quinta-feira, 9 de junho de 2005

# Alepe elabora relatório sobre estragos causados pelas chuvas

# Comissão de Negócios Municipais solicitará verbas para cidades atingidas

pedido do presidente da Assembléia, depu-Ltado Romário Dias (PFL), a Comissão de Negócios Municipais decidiu, ontem, elaborar um relatório com o levantamento de todos os municípios atingidos pelas enchentes em Pernambuco. A intenção é lutar pela liberação de recursos para as cidades. O documento deverá ser enviado até amanhã para representantes dos Governos Federal e Estadual, com a assinatura de todos os parlamentares da Casa.

O presidente do colegiado, deputado Izaías Régis (PTB), afirmou que os municípios passam por situação crítica e a Alepe espera um resultado imediato quanto à liberação da verba. "Os representantes da Casa Joaquim Nabuco estão empenhados no sentido de resolver o problema, o mais rapidamente possível", frisou Régis.

O parlamentar lembrou que, em 2004, o município de Brejão, no Agreste, teve 52 casas atingidas pelas fortes chuvas e que o Governo Federal não enviou os recursos prometidos para a reconstrução das moradias.

Ana Rodovalho (PRTB) sugeriu que os Governos intermediassem junto aos bancos a concessão de crédito aos comerciantes prejudicados pelo temporal. "É preciso facilitar o financiamento a juros mais baixos, ou que se dê um prazo maior para o pagamento do empréstimo, a fim de que os comerciantes possam recomeçar", observou a parlamentar. O deputado Antônio Figueirôa (PSC), também presente à reunião, ressaltou a importância de acelerar o apoio às vítimas.

PLENÁRIO - Os deputados Izaías Régis, Antônio Figueirôa e Ana Cavalcanti (PP) também trataram da questão das chuvas no Plenário. Régis divulgou o que foi decidido na Comissão de Negócios Municipais, destacando a proposta da deputada Ana Rodovalho. Figueirôa lem-



TEMPORAL - Áreas da RMR e interior foram inundadas

brou que serão feitas visitas às Prefeituras dos municípios

atingidos e a órgãos do Governo do Estado para que o colegiado possa conhecer a real situação do Estado.

Ana Cavalcanti fez um apelo aos Governos Estadual e Federal para que atendam com urgência aos municípios atingidos. "Estive em Pombos e Primavera, na Zona da Mata, onde pude ver de perto os estragos. Os prefeitos têm procurado atuar com todos os recursos de que dispõem para dar assistência às famílias desabrigadas e evitar novas tragédias. Nesses municípios, pontes e acessos estão comprometidos e mais de duas mil pessoas desabrigadas. É necessário que o Governo Federal libere recursos para recuperação dessas cidades",

# Solenidade

# PM comemora 180 anos

Os 180 anos da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) foram lembrados, ontem, em reunião solene proposta pelo deputado Soldado Moisés (PRP). A data será comemorada no próximo dia 11. "A missão da PM é fazer cumprir a ordem e a segurança na sociedade, atribuições dificeis e um desafio cada vez maior para a corporação", enfatizou o deputado Raimundo Pimentel (PSDB), que presidiu a solenidade.

Criada a partir de um decreto do Imperador Dom Pedro I, em 1825, durante a Confederação do Equador, a PM era composta por apenas 320 policiais. Hoje,



INICIATIVA - Soldado Moisés propôs homenagem

são mais de 17 mil homens e mulheres, distribuídos em 23 batalhões ostensivos, 17 especializados e dezenas de

grupamentos espalhados em todo o Estado. "A Polícia Militar de Pernambuco esteve presente nos principais

episódios da história brasileira, como as Guerras de Canudos e do Paraguai", destacou Moisés.

O deputado ainda frisou sua dedicação em defesa dos direitos dos policiais. "Desde que cheguei à Casa, há dois anos e meio, assumi o compromisso de fazer do meu mandato um instrumento em favor dos militares estaduais", acrescentou. O comandantegeral da PMPE, coronel Cláudio José da Silva, agradeceu a homenagem da Alepe, destacando que a "corporação sempre estará empenhada em seus compromissos e funções institucionais".

## Direitos da Mulher

# Casa instala Comissão

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Alepe se reunirá hoje, às 9h, pela primeira vez, para a eleição dos cargos de presidente e vice-presidente. Criado com o objetivo de discutir as questões relativas ao sexo feminino, o colegiado é uma iniciativa da Mesa Diretora da Casa. O Legislativo Estadual é o terceiro do País a formar uma Comissão Permanente para tratar, especificamente, dos assuntos referentes à mulher.

O grupo realizará debates com a sociedade sobre políticas direcionadas ao público feminino, além de promover a fiscalização dessas ações. Entre as competências do colegiado estão a análise de programas públicos; das dificuldades e obstáculos sociais e econômicos; a promoção e acesso das mulheres aos bens culturais e à educação; luta contra a exploração sexual e violência; e incentivo a atividades de apoio à criação do disquesaúde da mulher.

A Comissão é formada por Ana Cavalcanti (PP), Ana Rodovalho (PRTB), Ceça Ribeiro (sem partido) e Teresa Leitão (PT), como titulares; e pelos suplentes Aurora Cristina (PMDB), Dilma Lins (PL), Malba Lucena (PTB), Isaltino Nascimento (PT) e Sebastião Oliveira Júnior (sem partido).

# Projeto visa ampliar fiscalização de motos

# Pedro Eurico pretende reapresentar proposta na Alepe

mero da placa das motocicletas capacetes dos condutores foi defendida, ontem, na Assembléia, a fim de reduzir o índice de violência no Estado. O deputado Pedro Eurico (PSDB) reapresentará um projeto de lei de autoria do ex-deputado Geraldo Melo para implementar a medida. A matéria fora aprovada pelo Legislativo, em 2001, e vetada pelo Governo do Estado, que alegou inconstitucionalidade. "Queremos facilitar o reconhecimento dos condutores que se envolvem em crimes. No Estado, 80% dos homicídios registrados são praticados por motoqueiros", argumentou Eurico.

O deputado também lembrou que, amanhã, o assassinato do promotor de Justica de Panelas Rossini Alves Couto completará um mês e os acusados não ainda não foram identificados. "O secretário de Defesa Social, João Braga, deve continuar as investigações para que os culpa-



MOTOQUEIRO - Capacete deverá trazer número da placa impresso de forma visível

dos sejam punidos", defen-

Nesta sexta-feira, a Comissão de Defesa da Cidadania realizará um ato público, no município de Cupira, contra a violência e em homenagem ao promotor. O evento acontece a partir das 9h30, no Colégio Pedro Alves Pedro Eurico justificou que não poderá

comparecer à solenidade porque participará das investigações do assassinato do comerciante José Barreto, a pedido da família da

## Garanhuns

# Aurora defende administração de Silvino



FUNDEF - Ex- gestor foi o único a receber os recursos

A deputada Aurora Cristina (PMDB) defendeu o ex-prefeito de Garanhuns Silvino Duarte da acusação de que teria desviado dinheiro público do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Segundo Aurora, Silvino Duarte foi eleito em 1996 e reeleito em 2000. "Ele foi o único prefeito do município que recebeu recursos do Fundef", afirmou a parlamentar.

A deputada ressaltou as obras realizadas na gestão do ex-prefeito e disse que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) aprovou as prestações de contas apresentadas entre 1997 e

De acordo com Aurora Cristina, o TCE apenas recomendou que a Câmara Municipal rejeitasse as contas referentes ao ano de 2002, devido à nãoapresentação do relatório de aplicação dos recursos do Fundef e de outros documentos, "que passaram despercebidos pela assessoria do ex-prefeito, mas que já estão sendo providenciados"

Entre as ações de Silvino Duarte destacadas pela deputada, estão obras de saneamento e calçamento, nos bairros da Boa Vista e Cohab I e II; construção da Escola Modelo Professor Letácio de Brito e da Esplanada Cultural Guadalajara.

# PLENÁRIO

## Aneel reduz reajuste

O percentual de reajuste da energia elétrica será reduzido de 24,4% para 7,4%. A medida foi anunciada ontem, durante a reunião ocorrida na sede da Aneel, que decidiu acatar a decisão da Justiça Federal. Segundo o presidente da Comissão Especial da Alepe que analisa o aumento da energia e a qualidade dos serviços prestados pela celpe, deputado



Sérgio Leite (PT), a revisão tarifária é provisória, já que a matéria continua em tramitação. Leite ressaltou que para os consumidores residenciais o aumento está definido em

## Memória Viva

A inclusão do ex-deputado estadual e ex-prefeito de Olinda Nivaldo Rodrigues Machado no Projeto Memória Viva, de iniciativa da Assembléia Legislativa em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi solicitada pelo deputado Alf (PTB). O parlamentar fez o pedido à Mesa Diretora da Casa por meio de oficio. "Hoje, Nivaldo



Machado está com 84 anos e com a saúde abalada, mas prestou relevantes serviços ao Estado. Foi eleito vereador de Olinda duas vezes e deputado estadual por seis mandatos, tendo sido primeiro-secretário e presidente da Alepe. Foi, ainda, suplente do senador Marco Maciel, assumindo o mandato em seguida", afirmou. O presidente Romário Dias (PFL) informou que encaminhou o oficio à

## Hospital do Câncer

O sucesso do mutirão de cirurgias mamárias realizadas em pessoas carentes, no Hospital do Câncer de Pernambuco (HCP), no dia 21 de maio, foi elogiado, ontem, pelo deputado Geraldo Coelho (PFL). "Parabenizo a presidente do Conselho de Administração do Hospital do Câncer, Alexan-



drina Saldanha de Moura; a coordenadora-executiva, Lígia Lacerda, e todos os profissionais do HCP pelo excelente trabalho. Também solicito um Voto de Aplausos para o médico-chefe de patologia da unidade, Paulo Vicente, pela atuação humanitária". Segundo o pefelista, foram realizadas 16 cirurgias de urgência.

### **PODER LEGISLATIVO**



Mesa Diretora: Presidente, Deputado Romário Dias; 1º VicePresidente, Deputado Ettore Labanca; 2º Vice-Presidente, Deputado
Raimundo Pimentel; 1º Secretário, Deputado João Negromonte; 2º Secretário, Deputado Guilherme Uchôa; 3º Secretário, Deputado Sérgio
Leite; 4º Secretária, Deputado Carla Lapa. Procuradoria Geral, Élio
Wanderley de Siqueira (procurador-geral); Superintendência Geral,
Eva Maria de Andrade Lima (Superintendente-geral); Assistência Legislativa, Ana Olimpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); Superintendência Administrativa, Genaro Domingues da Silva (Superintendente); Superintendência de Recursos Humanos, Isabel Cristina
Couto Costa (Superintendente); Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica, Claudio Godoy (Superintendente); Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira, Arlete Falcão Ferreira (Superintendente); Cerimonial, Socorro Vilaça
Rodrigues (Assistente de Cerimonial); Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional, Aldo
Mota (Assistente Médico); Assistência Segurança Legislativa, Maj. Hermes José de Melo (Assistente Chefe); Escola do Legislativo, Maria Lúcia Cavalcanti Galindo (Assistente Educacional); Auditoria, Severino Pedro de Albuquerque (Auditor-chefe); Assistência de Comunicação Social, Christianne Alcântara (Assistente de Comunicação Social); Chefe de
Expediente, Natália Câmara. Chefe de Departamento de Imprensa, Cláudia Lucena. Editora: municação Social, Christianne Alcântara (Assistente de Comunicação Social); Chefe de Expediente, Natália Câmara. Chefe de Departamento de Imprensa, Cláudia Lucena. Editora: Andréa Tavares. Redatores: Andréa Tavares, Antônio Azevedo, Renata Rodrigues. Fotografia: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Moisés Barbosa e Carlos Oliveira. Diagramação e Editoração Eletrônica: Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior. Chefe de Departamento de Râdio e TV: Ana Lúcia Lins. Repórteres: Carolina Flores, Rosângela Almeida e Verônica Barros. Operadores de Som: Aristides Pandelis Frangakis e Alcidézio Ramos. Estagiários: Bruna Serra, Eva Farias, Larissa Rodrigues e Léo Monteiro. Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. Nosso Email: dimprensa@alepe.pe.gov.br.

Nosso endereço na Internet <a href="http://www.alepe.pe.gov.br">http://www.alepe.pe.gov.br</a>

# Audiência avalia reajuste de 18% proposto pela Compesa

# Presidente da companhia informou que maior gasto é com energia

ara explicar o reajuste de 18% na tarifa de água e esgoto sanitário do Estado, proposto pela Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), o presidente da estatal. Luiz Gonzaga Perazzo, compareceu, ontem, à audiência pública promovida pela Comissão de Desenvolvimento Econômico da Alepe. De acordo com Perazzo, o índice final será divulgado depois que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) definir o percentual tarifário de energia, o que ocorreu ontem (ver nota na pág. 2). "A Compesa gasta cerca de R\$ 7 milhões por mês em energia elétrica. Atualmente, esse insumo representa o nosso maior custo ", afirmou.

Durante a reunião, o presidente da Compesa tam-



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - Colegiado promoveu encontro pela manhã

bém informou que está aguardando uma definição da Agência Reguladora de Pernambuco (Arpe), que

não mandou nenhum representante para a reunião. "A Arpe nos apresentou três percentuais, o de 7,2%, se

não houver aumento de energia; 10,6%, se a Aneel cumprir a liminar que veta a compra de energia da Termopernambuco; ou entre 13 e14%, se o aumento original proposto pela Celpe for mantido", declarou, acrescentando que serão colocados hidrômetros nas residências para reduzir as perdas.

A Compesa possui cerca de 1,4 milhão de clientes no Estado, abastece quase 90% da população urbana e atende a 171 dos 185 municípios de Pernambuco. Segundo dados da empresa, a companhia tem perda de 50% da produção total.

O vice-presidente do Sindicato dos Urbanitários, Edvaldo Gomes, criticou o fato de a estatal não possuir uma política de saneamento e o gasto com serviços terceirizados que, segundo ele, chega a R\$ 70 milhões por ano. "Não somos contra o aumento da

tarifa, mas defendo que o dinheiro seja gasto na melhoria do atendimento", declarou Edvaldo.

"A Compesa tem problemas históricos que interferem nos custos e são repassados aos usuários, como o gasto excessivo com terceirizados. É preciso fazer um realinhamento da tarifa e estabelecer metas para que, nos próximos 12 meses, sejam reduzidos os custos operacionais", avaliou o presi-dente da Comissão, deputado Alf (PTB). Também participaram da reunião a presidente do Secovi, Solange Lino; o representante do Procon, Renier Coêlho, e os deputados Sílvio Costa (PMN), Adelmo Duarte (PFL), Sérgio Leite (PT) e Henrique Queiroz (PP).

# Tribunal de Contas

# Comissões aprovam reajuste salarial

Duas propostas do Tribunal de Contas do Estado (TCE), uma concedendo reajuste salarial de 11% aos servidores e outra alterando a estrutura organizacional do órgão, foram aprovadas, ontem, nas Comissões de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ), Administração Pública e Finanças, Orçamento e Tributação da Assembléia. As duas proposições representarão um investimento de, aproximadamente, R\$ 5,4 milhões este ano de 2005. Os projetos seguem, agora, para a apreciação do Plenário.

Outras duas matérias, também encaminhadas pelo TCE, foram aprovadas em Justiça e Administração. Os Projetos nº 954/05, que altera a Lei Orgânica da instituição, e nº 955/05, modificando o Plano de Cargos e Carreiras do órgão, receberam alterações

na Comissão de Justiça. A primeira refere-se à extensão do prazo máximo para a posse de conselheiros e a outra modifica o percentual de inserção de servidores no TCE. De acordo com o relator na CCLJ, deputado

# Servidores devem ter incremento de 11%

Sebastião Oliveira Júnior (sem partido), as mudanças foram discutidas em conjunto com integrantes do sindicato da categoria.

As proposições foram retiradas da pauta da Comissão de Finanças por iniciativa do presidente do colegiado, deputado Sebastião Rufino (PFL), que convocou uma reunião extraordinária para analisá-las na manhã de hoje. "Decidimos adiar a apreciação porque os projetos receberam alterações na Comissão de Justiça. Essas mudanças precisam ser publicadas no *Diário Oficial* para que possamos votá-las", esclareceu.

ADMINISTRAÇÃO - Os estabelecimentos comerciais e financeiros do Estado poderão ser obrigados a justificar formalmente a negativa de crédito às pessoas que solicitarem financiamentos e não forem atendidas. O Projeto de Lei nº 885/05, que trata do assunto, de autoria Izaías Régis (PTB), foi aprovado, também, pela Comissão de Administração Pública. O colegiado aprovou outras duas propostas e distribuiu

# Rede Estadual de Ensino

# Deputado cobra aumento de hora-aula

A Comissão Suprapartidária criada pela Assembléia Legislativa para garantir o cumprimento da ordem judicial que determina o reajuste da hora-aula de 1,9 mil professores da rede estadual está tendo dificuldades para agendar uma reunião com a Procuradoria Geral do Estado. A informação foi divulgada, ontem, pelo deputado Roberto Leandro (PT), que integra o grupo. A Justiça determinou que o valor da hora-aula seja o equivalente a 3,5% do salário mínimo.

"Criamos um grupo para viabilizar a negociação e saber o que estava ocorrendo, mas não se consegue falar com o procurador Flávio Góes. A Procuradoria precisa ter uma atenção maior com a Assembléia Legislativa e receber os deputados porque queremos apenas que seja cumprida uma decisão judicial", afirmou.



CRÍTICA - Leandro quer debater com Procuradoria

O deputado salientou que o Executivo ingressou com um pedido de embargo da execução, "alegando mil e um motivos para protelar o pagamento". "Entretanto, os embargos foram negados pelo juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual Alexandre Magalhães, que mandou o Governo dar continuidade, imediatamente, à

decisão judicial. Estamos aqui, hoje, pedindo que o procurador-geral, Sílvio Pessoa, designe alguém para receber os parlamentares e explicar os motivos de os pagamentos estarem sendo protelados. Assim, poderemos viabilizar um cronograma para a efetivação desse pagamento", afirmou

# Funcionamento da ATI volta a ser discutido

# Agência substituiu a Fisepe no processo de reforma do setor

tecnologia da informação do Estado voltou a ser debatida, ontem, em audiência pública promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia. A Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI), criada há um ano para substituir a Empresa de Fomento da Informática do Estado de Pernambuco (Fisepe), foi o enfoque da discussão. Segundo o presidente da autarquia, Carlos Farache, a ATI executa políticas para o setor e coordena as ações do Governo Digital. Para compor o quadro de pessoal da agência, o Estado está reabrindo o processo de adesão dos servidores da extinta Fisepe. O secretário-executivo de Modernização da Gestão do Governo Digital, Joaquim Castro, explicou que o funcionário deverá optar entre a permanência na Pernambuco Participações e Investimentos S.A. (Perpart) e a mudança para a ATI.

A primeira fase de adesão aconteceu no início do ano. O presidente do Sindicato de Processamento de Dados, Manoel Messias, lembrou que nenhum servidor, dos 420 que faziam parte da Fisepe, optou por ser transferido para a ATI. "Haverá redução de salários para alguns funcionários e outros, com mais de 30 anos de serviço, perderão beneficios,



DISCUSSÃO - Comissão de Ciência e Tecnologia da Casa coordenou o debate

como o seguro-saúde", alertou. O presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática da Alepe, deputado João Fernando Coutinho (PSB), mostrou-se preocupado com a situação. "Ficou clara a necessidade de modernização do setor, mas a condição dos trabalhadores traz inquietação", afirmou.

A vice-presidente do colegiado, Dilma Lins (PL), também destacou a importância da preservação dos direitos adquiridos dos funcionários da extinta Fisepe. Joaquim Castro assegurou que não haverá redução de salários, lembrando que os servidores que optarem pela ATI rece-

berão incentivos pela produtividade. O secretário-executivo destacou, ainda, que o novo modelo da informática pública está chamando a atenção de outros Estados. Uma das inovações é a rede Pernambuco Multidigital. "Com essa iniciativa, faremos uma economia de R\$ 15 milhões, em quatro anos, nas comunicações entre os órgãos do Governo", informou.

Para Manoel Messias, a concepção que o Executivo tem sobre informática pública é "equivocada". "A informática é um instrumento essencial à função estratégica do Estado. A ATI, da forma como foi construída.

fracassará", avaliou. Messias também criticou a terceirização de serviços feita pela agência. Segundo o sindicalista, a ATI não pode ficar dependente de empresas privadas para executar suas funções. Já o secretário-executivo da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, José Carlos Cavalcanti, declarou que o modelo de gestão da informática em Pernambuco é considerado um dos mais modernos do País. "O Governo consagrou a função estratégica da informática como instrumento para o desenvolvimento do Estado", concluiu.

## Assassinato

# Ex-vereadora é condenada

A condenação, na última terça-feira, da ex-vereadora de Palmares Teresa Josino Brayner a 18 anos de prisão em regime fechado, pelo assassinato da advogada Célia Avelino, 1997, foi registrada, em Plenário, pelo deputado Fernando Lupa (PSDB). O parlamentar destacou que a ex-vereadora foi presa durante os trabalhos da CPI do Narcotráfico e da Pistolagem, promovida pela Assembléia, em 2000. "Essa condenação foi resultado de um trabalho sério e transparente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que engrandece a todos nós que participamos e, também, a esse Poder. Teresa Josino, que usava seu mandato como um manto de impunidade, praticou um crime bárbaro contra uma pessoa de bem, que contrariava os interesses de poderosos da Mata Sul", salientou

Lupa também lembrou que a Comissão da Alepe foi considerada modelo pela CPI Federal e sua atuação foi elogiada por



LUPA - Apoio à decisão

todas as instituições que ajudaram no desenvolvimento do trabalho, entre elas, a Procuradoria de Justiça e o Poder Judiciário. "Essa CPI realizou a ouvida de mais de 200 pessoas e participou de audiências em todas as regiões do Estado, culminando com o relatório brilhante do deputado José Queiroz (PDT). Parabéns a todos que a integraram porque conseguimos êxitos importantes, como colocar na cadeia uma autoridade que usava a política para o crime organizado", acrescentou.

## **Meio Ambiente**

# Prêmio Vasconcelos Sobrinho

A entrega do XVI Prêmio Vasconcelos Sobrinho, realizada no dia 3, no Mar Hotel, em Boa Viagem, homenageando os projetos elaborados em benefício do meio ambiente, foi destacada, ontem, pela deputada Ceça Ribeiro (sem partido).

"Como membro da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, quero parabenizar os quatro vencedores e o professor Manoel Correia, que ministrou uma aula sobre a vida e obra de Vasconcelos Sobrinho. Quero também agradecer a participação das pessoas que estão realizando ações para melhorar a qualidade de vida, a partir do cuidado ambiental", ressaltou a parlamentar.

De acordo com Ceça Ribeiro, foram premiados os integrantes do Programa Agente Jovem do município de Buíque, que, juntamente com a Prefeitura da cidade, realizaram ações de saneamento básico em bairros carentes; a Associação de Mulheres de Nazaré da Mata, pelo trabalho de recu-



CEÇA - Homenagens

peração do Rio Tracunhaém; as três professoras da escola pública Padre Manoel Paiva Neto, em Petrolina, representada pela professora Josenilda Martins, que, desenvolveram o Projeto Caatinga, Estudar para Conhecer e Conhecer para Valorizar; e o presidente da Associação de Várzea do Una, Bertrando Bernardinho, que apresentou uma proposta de renaturalização do Rio Una, principal meio de sobrevivência das populações ribeirinhas.

# Encontro da Juventude



Assembléia Legislativa sediou, ontem, mais um Encontro da Juventude. A deputada Ana Cavalcanti (PP) comandou a abertura dos trabalhos e destacou que a "Casa e o Governo do Estado têm uma preocupação especial com os jovens, por entender que são a base de sustentação social". Segundo a parlamentar, a União deu um passo importante ao criar o Programa, o Conselho e a Secretaria Nacional da Juventude. O presidente da ONG Crescer Macambira, Aderbal Medeiros, defendeu a criação do Conselho de Promoção e Defesa dos Direitos da Juventude do Estado. "Os jovens brasileiros enfrentam muitos problemas sociais, como a falta de acesso à educação e de melhores condições de vida", enfatizou. No Brasil, existem 34 milhões de pessoas na faixa etária entre 15 e 24 anos.

## Resolução

### Resolução Nº 724

**EMENTA:** Concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Claudiano Martins.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde ao Deputado Claudiano Martins, a partir de 25 de maio de 2005, nos termos do inciso III, do artigo 38, do Regimento Interno.

Art. 2° A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

embléia Legislativa do Estado de Pernambuco, em 08 de junho de 2005.

**ROMÁRIO DIAS** 

## Ato

## ATO Nº 426

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido nos Oficios nºs 11 e 12/2005, do Presidente da Comissão de Ciência Tecnologia e Informática, Deputado João Fernando Continho.

RESOLVE: exonerar, a pedido, VANDEVAL BEZERRA DOS SANTOS, do cargo em comissão de Assistente de Comissão Parlamentar, Símbolo PL-ACP, nomeando para o referido cargo, GUSTAVO HENRIQUE GOMES TINOCO, nos termos da Lei nº

Sala Torres Galvão, 08 de Junho de 2005.

Deputado ROMÁRIO DIAS

## Ordem do Dia

Sexagésima Segunda Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Quinta Legislatura, realizada em 09 de junho de 2005, às 14:30 horas.

## Ordem do Dia

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5073/2005 Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 933/2005. de otereze recuação minar ao riojeto de Lei Ordinaria in 350/2003, de autoria do Poder Executivo que autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, ao município de Arcoverde, o imóvel que indica e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 09/6/2005

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5074/2005 Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária  $n^{\circ}$  934/2005, de autoria do Poder Executivo que autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, ao município de Carpina, o imóvel que indica e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 09/6/2005

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 5078/2005 Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 935/2005, de autoria do Poder Executivo que autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, ao município de Macaparana, o imóvel que indica e dá outras providências.

Segunda Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 946/2005 Autor: Poder Executivo

Unifica as matrizes de vencimento base dos órgãos que indica, altera estrutura de remuneração, e dá outras providências.

Com Emenda Modificativa nº 01, de autoria do Poder Executivo.

DIÁRIO OFICIAL DE - 12/5/2005

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 953/2005 Autor: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Altera a Lei nº 12.594, de 3 de junho de 2004, que dispõe sobre a estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, suas unidades administrativas, seus respectivos cargos comissionados e funções gratificadas e estabelece normas para displanta de Nações (1988). ciplinar os Atos Normativos que menciona e dá outras providências

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 18/5/2005.

Primeira Discussão do Substitutivo nº 01/2004 ao Projeto de Lei Ordinária nº 954/2005 Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça. Autor do Projeto: Tribunal de Contas do Estado

Altera a Lei Estadual nº 12.600, de 14 de junho de 2004, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de

Regime de Urgência

Parecer Favorável da 1ª Comis

Depende de Pareceres das 2ª e 3ªComissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 9/6/2005

Primeira Discussão do Substitutivo nº 01/2004 ao Projeto de Lei Ordinária nº 955/2005 Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça Autor do Projeto: Tribunal de Contas do Estado

Altera a Lei Estadual nº 12.595, de 4 de junho de 2004, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Evolução Funcional dos Grupos Ocupacionais de Controle Externo ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

Parecer Favorável da 1ª Comissão.

Depende de Pareceres das 2ª e 3ªComissões

DIÁRIO OFICIAL DE - 9/6/2005.

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 956/2005 Autor: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Reajusta os vencimentos - base dos cargos que integram o Quadro de Pessoal dos Grupos Ocupacionais de Controle Externo (GOCE) e de apoio ao Controle Externo (GOACE), bem como os vencimentos base dos cargos em comissão e os valores das funções gratificadas, integrantes da estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Votação Nominal

Regime de Urgência

Quorum para Aprovação: Majoria Simples

DIÁRIO OFICIAL DE - 18/5/2005.

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 979/2005 Autor: Poder Executivo

Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder ao município de Macaparana o direito de uso de imóvel que indica, e dá outras providências

Pareceres Favoráveis das 1ª. 2ª. 3ª e 4ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 2/6/2005.

Discussão Única da Indicação nº 4289/2005 Autor: Dep. Bruno Araújo

Apelo ao Gerente de Relações Institucionais da Telemar objeti Aparo do Germa de Reagues institucionais de Telerina objetivanto a instalação de um telefone público na Rua Caíque, nº 60 - Sítio Lagoa do Algodão, I Distrito, município de Caruaru.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única da Indicação nº 4290/2005 Autor: Dep. Bruno Araújo

Apelo ao Gerente de Relações Institucionais da Telemar objetivando a instalação de um telefone público na Rua João Amorim dos Santos em frente ao nº 65, Vila Padre Inácio e outro na Rua 05, em frente ao nº 10, Vila Diocesana, todas no município de Caruaru.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única da Indicação nº 4291/2005 Autor: Dep. Antônio Figueirôa

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Infra-Estrutura, ao Apeio ao Governador do Estado, ao Secretario de Infra-Estrutura, ao Diretor Presidente da Celpe, ao Diretor de Operações da Celpe e a Gerente de Expansão de Redes da Celpe objetivando a expansão do Projeto de eletrificação Rural no Sítio Pão de Açúcar na Zona Rural do município de Brejo da Madre de Deus.

Discussão Única da Indicação nº 4292/2005 Autor: Dep. Antônio Figueirôa

Apelo ao Diretor Executivo de Relações Institucionais da Telemar/PE objetivando a instalação de um telefone público no Sítio Pão de Açúcar na zona rural de Taquaritinga do Norte, em nosso Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Cultura no sentido de construir e equipar um refeitório na Escola Júlio Correia de Oliveira, localizado no município de Condado, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única da Indicação nº 4294/2005 Autor: Dep. Antônio Figueirôa

Apelo ao Presidente da República Federativa do Brasil, ao Ministro da Integração Nacional, ao Diretor Geral do DNOCS e ao Coordenador do DNOCS/PE objetivando a liberação de recursos financeiros na ordem de 3,5 milhões para a implantação da linha de alta tensão, visando implantar a segunda etapa do Sistema

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única da Indicação nº 4295/2005 Autor: Dep. Antônio Figueirôa

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Infra Estrutura, ao Diretor Presidente da Celpe, ao Diretor de Operações da Celpe e ao Gerente de Expansão de Redes/Celpe objetivando a expansão do projeto de eletrificação rural na Rua Cícero Antônio Silva, no Distrito de Pão de Açúcar, localizado no município de Taquaritinga do Norte, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única da Indicação nº 4296/2005 Autor: Dep. Antônio Figueirôa

Apelo ao Diretor Executivo de Relações Institucionais da Telemar/PE objetivando a instalação de um telefone público no Bairro Zamba, preferencialmente a Rua dos Miozotis, zona urbana de Taquaritinga do Norte, neste Estado.

Discussão Única da Indicação nº 4297/2005 Autor: Dep. Antônio Figueirôa

Apelo ao Diretor Executivo de Relações Institucionais da Telemar/PE objetivando a instalação de um telefone público no Sítio Poço de Cachoeira, zona rural de Taquaritinga do Norte, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única da Indicação nº 4298/2005 Autor: Dep. Antônio Figueirôa

Apelo ao Diretor Executivo de Relações Institucionais da Telemar/PE objetivando a instalação de um telefone público no Sítio Placas, zona rural do município de Taquaritinga do Norte, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única da Indicação nº 4299/2005 Autor: Dep. Antônio Figueirôa

Apelo ao Diretor Executivo de Relações Institucionais da Telemar/PE objetivando a instalação de um telefone público no Sítio Jaburu de Baixo, zona rural do município de Taquaritinga do Norte, neste Estado

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única da Indicação nº 4300/2005 Autor: Dep. Antônio Figueirôa

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Infra-Estrutura, ao Diretor Presidente da Celpe, ao Diretor de Operações da Celpe e ao Gerente de Expansão de Redes da Celpe objetivando a expansão de eletrificação até o cemitério novo Lírio dos vales, no Distrito de Pão de Açúcar, município de Taquaritinga do Norte, neste Estado

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única da Indicação nº 4301/2005 Autor: Dep. Antônio Figueirôa

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Educação e Cultura no sentido de implantar um laboratório de ciências na Escola Antônio Correia de Oliveira Andrade, no município do Condado, neste Estado

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única da Indicação nº 4302/2005 Autor: Dep. Antônio Moraes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Apeio ao Governador do Estado, ao Secretario de Delesa Social e ao Chefe de Polícia Civil no sentido de viabilizar estudos para a criação de uma Delegacia de Combate à Pirataria em nosso Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única da Indicação nº 4303/2005 Autora: Dep. Teresa Leitão

Apelo ao Secretário de Educação e Cultura do Estado objetivando reforma da Escola Estadual Dom Vítal, localizada no município Caruaru, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única da Indicação nº 4304/2005 Autora: Dep. Teresa Leitão

Apelo ao Secretário de Educação e Cultura do Estado objetivando a instalação de uma biblioteca na Escola Estadual Pio XII, localizada no município de São Caetano, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

iscussão Única da Indicação nº 4305/2005 utora: Dep. Teresa Leitão

Apelo ao Secretário de Educação e Cultura do Estado no sentido de reconstruir o muro da Escola Estadual Joaquim Ribeiro da Rocha, localizada no município de São Caetano, neste Estado.

Discussão Única da Indicação nº 4306/2005 Autora: Dep. Teresa Leitão

Apelo ao Secretário de Educação e Cultura do Estado objetivando a instalação de um laboratório de ciências na escola estadual Agamenon Magalhães, localizada no município de São Caetano, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única da Indicação nº 4307/2005 Autor: Dep. Antônio Moraes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Educação do Estado e à Gerente da GERE Mata Norte no sentido de disponibilizarem recursos para ampliar a Escola Estadual Júlio Correia de Oliveira, situada no município de Condado, neste

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única da Indicação nº 4308/2005 Autor: Dep. Antônio Moraes

Apelo ao Ministro dos Esportes, Governador do Estado, ao Secretário de Educação do Estado e à Gerente da GERE Mata Norte no sentido de disponibilizarem recursos para a construção de uma quadra poli-esportiva coberta, na Escola Estadual Antônio Correia de Oliveira, situada na Avenida 15 de Novembro, nº 888, Centro, no município de Condado, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2883/2005 Autor: Dep. Bruno Araújo

Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Airdes Maria de Oliveira de Souza, em 31 de maio do corrente ano no Hospital Prontolinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2884/2005 Autor: Dep. Betinho Gomes

Solicita a realização de uma Audiência Pública no âmbito da Comissão de Defesa do Meio Ambiente em data a ser marcada, para tratar sobre a implantação do Parque Boa Viagem,

Discussão Única do Requerimento nº 2885/2005 Autor: Dep. Betinho Gomes

Voto de Aplauso aos Defensores de Direitos Humanos do Estado de Pernambuco, à OAB Seccional Pernambucana e em especial aos advogados Leda Pessoa, Waldomiro Diniz, Marcelo Santa Cruz de Oliveira e Melba Meireles Martins em razão da atuação no procedimento que apurou a morte de Sergei Queiroz e o envolvimento de policiais do Estado, culminando com a condenação dos acusados em juri popular.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2886/2005 Autora: Dep. Carla Lapa

Voto de Aplauso ao Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Cidade do Cabo de Santo Agostinho pela mobilização e luta contra à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, realizada em 18 de maio do corrente ano, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Praticada Contra a Crianca e o Adolescente.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2887/2005 Autor: Dep. Betinho Gomes

Voto de Congratulações a Dom Fernando Saburido, (Ordem São Bento) pela recente nomeação pelo Papa Bento XVI como novo Bispo da Diocese Vacante de Sobral, no Estado de Ceará, pertencente ao Regional Nordeste I, da Conferência Nacional dos Ricore de Pareil Bispos do Brasil

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2888/2005 Autora: Dep. Aurora Cristina

Voto de Aplauso ao senhor Ulisses Peixoto Pinto Filho pelo transcurso do sexagésimo terceiro aniversário de vivência no jornalismo, dedicados, principalmente, à cidade de Garanhuns e ao

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2889/2005 Autora: Dep. Teresa Leitão

Voto de Aplauso ao município de Angelim pela passagem do seu septuagésimo quarto aniversário de emancipação política.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2890/2005 Autor: Dep. Teresa Leitão

Voto de Aplauso à Universidade Federal de Pernambuco - UFPE pelo aniversário de cento e dez anos da fundação da escola de Engenharia de Pernambuco, transcorrido em 3 de junho do corrente

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2891/2005

Voto de Congratulações com à Dra. Débora Luzinete de Almeida por ingressar no Poder Público Federal como Procuradora da República.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2892/2005 Autor: Dep. Roberto Liberato

Voto de Congratulações com o Prefeito de Caruaru, Tony Gel e à Primeira Dama, senhora Miriam Lacerda Rodrigues, Presidente do Comitê Gestor do São João de Caruaru, bem como para com toda a equipe, pela excelente abertura do *Melhor e Maior São João do Mundo*, transcorrido em 4 de junho do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2893/2005 Autor: Dep. Roberto Liberato

Voto de Aplauso ao autor da obra musical *A Feira de Caruaru*, o cantor e compositor caruaruense Onildo Almeida, pelos sessenta anos de música.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2894/2005 Autora: Dep. Carla Lapa

Voto de Aplauso ao Instituto Materno Infantil Professor Fernando Figueira - IMIP pelo transcurso dos seus quarenta e cinco anos de atividade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2895/2005 Autor: Dep. Augusto Coutinho

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa o artigo intitulado: Obrigado, Recife, de autoria do juiz João José Rocha Targino, publicado no Diário de Pernambuco, Seção Opinião, em 31 de maio

Discussão Única do Requerimento nº 2896/2005 Autor: Dep. Augusto Coutinho

Voto de Aplauso à Phillips pela iniciativa de conceder vinte bolsas de estudos aos alunos da rede pública de ensino que passarem no vestibular da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Josefa Silva, ocorrido em 4 de junho do corrente ano, na zona rural do município de Brejão, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2898/2005 Autor: Dep. Augusto César

Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Marcos Tadeu Cabral Pereira ocorrido em 4 de junho do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/6/2005

## Ata

ATA DA SEXAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2005.

Presidência dos Excelentíssimos Senhores Deputados João Negromonte, Romário Dias e Raimundo Pimentel.

Aos 07 (sete) dias do mês de junho do ano de 2005 (dois mil e cinco) às 14 (catorze) horas e 30 (trinta) minutos, com a presença inicial dos Deputados: Adelmo Duarte, Aglailson Júnior, Alf, Ana Cavalcanti, Ana Rodovalho, Antônio Figueirôa, Antônio Moraes, Augusto César, Augusto Coutinho, Aurora Cristina, Betinho Gomes, Bruno Araújo Bruno Rodrigues, Carla Lapa, Ciro Coelho, Dilma Lins, Ettore Labanca, Henrique Queiroz, Isaltino Nascimento, Izaías Régis, Jacilda Urquisa, João Fernando Coutinho, João Negromonte, José Queiroz, Lourival Simões, Malba Lucena, Manoel Ferreira Marcantônio Dourado, Maviael Cavalcanti, Pastor Cleiton Collins Pedro Eurico, Raimundo Pimentel, Ricardo Teobaldo, Roberto Leandro, Roberto Liberato, Romário Dias, Sebastião Rufino, Sérgic Leite, Sílvio Costa e Teresa Leitão. Justificaram suas ausências os Deputados: Ceca Ribeiro, Elias Lira, Fernando Lupa, Guilhermo Uchòa, Nelson Pereira e Soldado Moisés. Constatando o quorum regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião. Ocupam, respectivamente, as cadeiras de Primeiro e Segundo Secretários os Deputados Izaías Régis e Maviael Cavalcanti. Lida é aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Primeiro Secretário que procede à leitura do Expediente. Isto feito, o Senhor Presidente manda o mesmo à publicação. No horário destinado ao Pequeno Expediente, ocupa a tribuna a Deputada Aurora Cristina para em sua oratória convidar a todos para o Festival de Inverno do município de Garanhuns que ocorrerá nos próximos dias. Logo após, usa da palavra o Deputado Izaías Régis que vem apelar às autoridades competentes no sentido de tomar as devidas providências a fim de sanar grave problema de saúde pública provocado pelo matadouro do município de Garanhuns. Em seguida, ocupa a tribuna o Deputado Augusto César para em breves palavras solicitar às autoridades da Secretaria de Agricultura que resolvam o problema da bitributação cobrada pela referida secretaria nas guias de transporte animal. Com a palavra o Deputado Roberto Liberato que vem comentar duas proposições de sua autoria, a primeira de voto de aplausos ao compositor Onildo Almeida pelos sessenta anos de música e pela brilhante música A Feira de Caruaru, imortalizada na voz de Luiz Gonzaga, e a última congratula-se com o prefeito de Caruaru Senhor Tony Gel pela maravilhosa abertura do São João da Capital do Forró. Prosseguindo, usa da tribuna a Deputada Teresa Leitão para em seu discurso enaltecer a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), oportunidade em que faz um histórico dos serviços prestados pela mesma em prol dos trabalhadores rurais. Finalizando, comenta a política agrária proposta pelos trabalhadores rurais em Pemambuco. Segue-se com a palavra o Deputado Antônio Figueirôa que vem registrar com grande satisfação a fundação do Jornal Tribuna Lajedense, veículo de comunicação que com certeza engra Uchôa, Nelson Pereira e Soldado Moisés, Constatando o quorun regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião. Ocupar respectivamente, as cadeiras de Primeiro e Segundo Secretários o casa própria que tem como fonte fiadora a Caixa Econômica Federal. Finalizando, crítica algumas exigências do citado programa considerando-as absurdas. Em seguida, usa da tribuna a Deputada Carla Lapa (assume a Presidência o Deputado Romário Dias), para prestar solidariedade ao atual prefeito do município de Sanharó, Senhor César Augusto Freitas, que encontrou o citado município completamente sucateado pelos seus antecessores. Finalmente com a palavra o Deputado Betinho Gomes, último orador inscrito, que vem lé nota da Comissão Executiva do Diretório do Partido Popular Socialista (PPS) a respeito das denúncias feitas pelo Deputado Federal Roberto Jefferson. Ao final, cobra providências das autoridades no sentido de apurar os fatos com o devido rigor. Encerrado o Pequeno Expediente, o Senhor Presidente passa à Ordem do Dia. Em votação, é aprovado em única discussão o Parecer nº 5046/2005, da Décima Quinta Comissão, que oferece redação final ao Projeto de Lei Ordinária nº 941/2005. Aberta a discussão em Plenário do Projeto de Lei Complementar nº 946/2005, discutem a matéria os Deputados Teresa Leitão, Augusto César e Bruno Araújo. Encerrada a discussão, o Senhor Presidente informa Bruno Araújo. Encerrada a discussão, o Senhor Presidente informa ao Plenário que a votação obedecerá ao processo nominal. (Assumem, respectivamente, a Primeira e a Segunda Secretarias os Deputados Sérgio Leite e Carla Lapa). Em seguida, o Senhor Presidente determina ao Primeiro Secretário que preceda a chamada

Presidente determina ao Primeiro Secretário que proceda a chamada

dos Senhores Parlamentares para votação. Isto feito votam SIM os Deputados: Adelmo Duarte, Aglailson Júnior, Alf, Ana Cavalcanti, Ana Rodovalho, Antônio Figueirõa, Antônio Moraes, Augusto César, Augusto Coutinho, Aurora Cristina, Betinho Gomes, Bruno Araújo, Bruno Rodrigues, Carla Lapa, Dilma Lins, Ettore Labanca, Henrique Queiroz, Isaltino Nascimento, Izaías Régis, Jacilda Urquisa, João Fernando Coutinho, João Negromonte, José Queiroz, Lourival Simões, Malba Lucena, Manoel Ferreira, Marcantônio Dourado, Maviael Cavalcanti, Pastor Cleiton Collins, Pedro Eurico, Raimundo Pimentel, Ricardo Teobaldo, Roberto Leandro, Roberto Liberato, Sebastião Rufino, Sérgio Leite, Sílvio Costa e Teresa Leitão (38). Deixaram de votar os Deputados: Ceça Ribeiro, Ciro Coelho, Claudiano Martins, Elias Lira, Fernando Lupa, Geraldo Coelho, Guilherme Uchôa, Nelson Pereira, Sebastião Oliveira Júnior, Soldado Moisés por estarem ausentes do Plenário e o Deputados Romário Dias, Presidente deste Poder, em virtude do que dispõe o artigo 60, inciso VI, alínea "B" do Regimento Interno (11). Sendo, por conseguinte aprovado em primeira discussão o Projeto de Lei Complementar nº 946/2005 (com Emenda Modificativa nº 01 de autoria do Poder Executivo). Submetidos ao Plenário são aprovados em primeira discussão os Projetos de Lei Ordinária nºs 933/2005, 934/2005, 935/2005 (a Presidência informa que as Emendas Modificativas 01, da Comissão de Negócios Municipais, apostas aos referidos projetos receberam pareceres contrários das Primeira e Segunda Comissões por unanimidade. Sendo, por conseguinte arquivadas) e 179/2003. Aberta a discussão em Plenário do Projeto de Lei Ordinária nº 557/2004, ocupam a tribuna os Deputados Sílvio Costa, Antônio Moraes (que foi aparteado pelo Deputado Augusto de Lei Ordínária nº 557/2004, ocupam a tribuna os Deputados Sílvio Costa, Antônio Moraes (que foi aparteado pelo Deputado Augusto Coutinho), (assume a Presidência o Deputado Raimundo Pimentel), Pedro Eurico (que foi aparteado pelo Deputado Sílvio Costa) e Sérgio Leite. Encerrada a discussão, é aprovado em primeiro turno o Prode Lei Ordinária nº 557/2004 com Emenda Modificativa nº 01 Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (contra o voto do Deputado Sílvio Costa). Em votação, é aprovado em primeira discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 937/2005. Submetidas ao Plenário são aprovadas em única discussão as Indicações nos 4274/2005 a 4284/2005, o mesmo ocorrendo com os Requerimentos nºs 2862/2005 a 2878/2005. Anunciado o Grande Expediente, usa da tribuna o Deputado Romário Dias, único orador inscrito, para em longo pronunciamento demonstrar grande preocupação com a situação de escândalos que mergulhou a Nação nos últimos dias. Finalizando, cobra rigorosa apuração dos fatos no sentido de passar o País a limpo. O orador foi aparteado pelos Deputados: Pedro Eurico, Betinho Gomes, Teresa Leitão, Roberto Leandro, Maviael Cavalcanti, Ettore Labanca, Henrique Queiroz, Sérgio Leite e Isaltino Nascimento. Esgotada a pauta, o Senhor Presidente despacha à publicação as Indicações nºs 4289/2005 a 4308/2005 de autoria dos . Deputados: Bruno Áraújo, Antônio Figueirôa, Antônio Moraes e Teresa Leitão e, os Requerimentos nºs 2883/2005 a 2898/2005 da lavra dos Deputados: Bruno Araújo, Betinho Gomes, Carla Lapa Aurora Cristina, Teresa Leitão, Pedro Eurico, Roberto Liberato Aurora Cristina, Teresa Lettao, Pedro Eurico, Moberto Liberato, Augusto Coutinho, Izafas Régis e Augusto César, que foram apresentados na reunião de hoje, conforme resumo a seguir: Pelo Deputado Pedro Eurico, voto de congratulações com a Doutora Débora Luzinete de Almeida por ingressar no Poder Público Federal como Procuradora da República. Pelo Deputado Antônio Moraes, três apelos: o primeiro, aos Senhores: Governador do Estado, Secretário de Defesa Social e ao Chefe de Polícia Civil, no sentido de viabilizarem estudos para a criação de uma Delegacia de Combate à Pirataria em nosso Estado; o segundo e o terceiro, aos Senhores: Governador do Estado, Secretário de Educação e Cultura e à Gerente da Gerência Regional de Educação Mata Norte, no sentido de viabilizarem a ampliação da Escola Estadual Júlio Correia de Oliveira; e a construção de uma quadra poliesportiva coberta Escola Estadual Antônio Correia de Oliveira, esses no município Condado. Pela Deputada Teresa Leitão, seis proposições: da primeira à quarta, apelos ao Senhor Secretário Estadual de primeira à quarta, apelos ao Senhor Secretário Estadual de Educação e Cultura, no sentido de providenciar a instalação de um laboratório de cências na Escola Estadual Agamenon Magalhães; reconstrução do muro da Escola Joaquim Ribeiro da Rocha; instalação de uma biblioteca na Escola Estadual Pio XII, esses no município de São Caetano; e a reforma da Escola Estadual Dom Vital, no município de Caruaru; a quinta e a sexta, votos de aplausos: à Universidade Federal de Pemambuco pelo aniversário de cento e dez anos da fundação da Escola de Engenharia de Pernambuco, ocorrido no dia três do mês corrente; e ao município de Angelim pela passagem dos setenta e quatro anos de aniversário de sua emancipação política. Pelo Deputado Bruno Araújo, três proposições: a primeira e segunda, apelos ao Senhor Gerente de Relações Internacionais da Telemar no sentido de viabilizar a instalação de telefones públicos nas Ruas: João Amorim dos Santos, Cinco e emancipação política. Pelo Deputado Bruno Araújo, três proposições: a primeira e segunda, apelos ao Senhor Gerente de Relações Internacionais da Telemar no sentido de viabilizar a instalação de telefones públicos nas Ruas: João Amorim dos Santos, Cinco e Caíque, no município de Canuaru; e a terceira, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Airdes Maria de Oliveira de Souza, ocorrido no dia trinta e um de maio do corrente ano. Pela Deputada Aurora Cristina, voto de aplauso ao Senhor Ulisses Peixoto Pinto Filho pelo transcurso do sexagésimo terceiro aniversário de vivência no jornalismo, dedicados principalmente à cidade de Garanhuns e ao Agreste Meridional. Pelo Deputado Betinho Gomes, três requerimentos: o primeiro, voto de congratulações com Dom Fermando Saburido pela recente nomeação como Bispo da Diocese Vacante de Sobral, no Estado do Ceará; o segundo, voto de aplauso aos Defensores de Direitos Humanos do Estado, à Ordem dos Advogados Leda Pessoa, Waldomiro Diniz, Marcelo Santa Cruz de Oliveira e Melba Meireles Martins, pela atuação no procedimento que apurou a morte de Sergei Queiroz; e o terceiro, solicitando que seja realizada uma audiência pública no âmbito da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, com data a ser marcada, para tratar sobre a implantação do Parque Boa Viagem. Pelo Deputado Antônio Figueirõa, onze apelos: o primeiro, aos Senhores: Presidente da República, Ministro de Estado da Integração Nacional, Diretor Geral e ao Coordenador do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no sentido de liberarem recursos financeiros para a implantação da linha de alta tensão visando implantar a segunda etapa do Sistema Jucazinho; do segundo ao quarto, aos Senhores: Governador do Estado, secretário de Infra-estrutura, Diretor-Presidente, Diretor de Operações e ao Gerente de Expansão de Redes da Companhia Energética de Permambuco, no sentido de providenciarem a eletrificação rural no Sitio Pão de Açúcar, no município de Taquaritinga do Norte; na Rua Cicero Antonio Silva até o cemitério Lírio dos Vales Agostinho pela mobilização e luta contra a violência sexual de crianças e adolescentes, realizada no dia dezoito de maio do corrente ano. Pelo Deputado Augusto Coutinho, dois requerimentos: o primeiro, voto de aplauso a Philips pela iniciativa de conceder vinte bolsas de estudos aos alunos da rede pública de ensino; e o

segundo, que seja transcrito nos Anais desta Casa o artigo "Obrigado, Recife", de autoria de Juiz João José Rocha Targino, publicado no Diário de Pernambuco em trinta e um de maio do corrente ano. Pelo Deputado Izaías Régis, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Josefa Silva, ocorrido no dia quatro do mês corrente, no município de Brejão; e pelo Deputado Augusto César, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Marcos Tadeu Cabral Pereira, ocorrido no dia quatro do mês corrente. (Os Projetos de Resolução e de Lei n°s 986/2005 e 987/2005 oriundos da Mesa Diretora e do Poder Executivo foram despachados no Expediente da presente reunião, onde constam os respectivos resumos e os encaminhamentos). Faltaram à presente reunião os Deputados: Claudiano Martins, Geraldo Coelho e Sebastião Oliveira Júnior. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião convocando outra para amanhã à hora regimental.

## **Expediente**

SEXAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2005.

## **EXPEDIENTE**

PARECER № 5054 - DA COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 886. A Imprimir

PARECER Nº 5055 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando pela rejeição do Projeto de Lei nº 943 A Imprimir

PARECER Nº 5056 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando pela aprovação do Projeto de Lei nº 979.

PARECERES NºS 5057, 5058, 5059, 5062, 5064, 5065, 5066 E 5067 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 706, 940, 953, 956, 961, 972, 973 e 978.

PARECER Nº 5060 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA adotando Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 954

PARECER Nº 5061 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA adotando Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 955

PARECER Nº 5063 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável ao Projeto de Lei n 960, juntamente com Emenda deste Colegiado.

PARECERES № 5068 E 5069 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando pela aprovação dos etos de Lei nºs 953 e 956.

OFÍCIOS NºS 811, 823, 850, 851, 852, 853, 855 E 856 - DO CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA prestando esclarecimento acerca das indicações nºs 3817, 4119, 4120, 4121, 4133, 4118, 4131 e 4132, dos Deputados Guilherme

CT/COMPESA Nº 226 - DO CHEFE DE GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE DA COMPESA prestando esclarecimento acerca da indicação nº 3828, da Deputada Dilma Lins. Dê-se conhecimento àquela Parlamentar.

OFÍCIO № 2000 - DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE comunicando que foi deferido o requerimento nº 1326, do Vereador João Falcão Ferraz.

OFÍCIO Nº 16 - DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL encaminhando Cartilha sobre o sistema penitenciário nacional. À 10ª Comissão.

## Solicitação de Dispensa

UERIMENTO DE SOLICITAÇÃ DISPENSA DE PRESENÇA EM REUNIÃO PLENÁRIA.

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

**DEPUTADO NELSON PEREIRA**, com assento nesta Assembléia Legislativa, solicita, nos termos do inciso II, §1º, do artigo 60, do Regimento Interno, dispensas das presenças nas reuniões dos dias 08 a 09 de junho de 2005 pelo motivo abaixo justificado.

Viagem a Brasília

Recife. 08 de junho de 2005.

Deputado Nelson Pereira

DESPACHO

Deputado Ettore Laba dente, no exercício da Presidência

## Pareceres de Comissões

### Parecer N° 5056/2005

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação Parecer ao Projeto de Lei Ordinária n.º 979/2005 Origem: Poder Executivo Autoria: Governador do Estado

Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso de área de terra que indica, e dá outras providências.

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária N.º 979/2005, originado do Poder Executivo, encaminhado através da Mensagem N.º 071, de 01 de junho de 2005, assinada pelo Governador do Estado Jarbas de Andrade Vasconcelos, o qual solicitou urgência na tramitação, valendo-se do art. 21 da Constituição Estadual

A matéria pretende autorizar a cessão ao Município de Macaparana, pelo prazo de 21 (vinte e um) anos, o direito de uso da Unidade Mista Joaquim Francisco de Melo Cavalcanti, integrante de seu patrimônio

A cessão de que trata o parágrafo acima deverá operar-se a título gratuito, sendo o imóvel destinado aos trabalhos a serem desenvolvidos na área de saúde do Município, tendo em vista o processo de descentralização da gestão dos serviços e ações no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

De acordo com o art. 3º da proposição "o imóvel objeto da cessão de uso, destinar-se-á, exclusivamente, ao fim previsto no artigo 2º desta Lei, sob pena de rescisão contratual'

Findo o período de vigência da cessão de uso, a renovação para novo período dar-se-á através de lei.

Conforme exposto na mensagem N.º 071/2005 que encaminha o projeto "a presente iniciativa insere-se no contexto de descentralização da gestão dos serviços e ações de saúde, possibilitando a transferência de encargos ao município cessionário, integrando-o, efetivamente, ao Sistema Unico de Saúde – SUS e, com isso, proporcionando aos cidadãos acesso geral e uniforme a tais serviços, na forma dos preceitos contidos na Constituição da

A proposição legislativa ora analisada não contraria as normas financeiras, orçamentárias e tributárias. Por outro lado, a cessão de uso de imóvel de que trata encontra-se devidamente justificada e legalmente respaldada, cumprindo as exigências da Constituição Estadual, particularmente no seu artigo 4°, §§ 1° e 2°. Dessa maneira, declaro-me favorável a aprovação do Projeto de Lei Ordicida N. 9.070/2005 existando do Prodet Eventiro. Ordinária N.º 979/2005, originado do Poder Executivo.

#### Antônio Moraes Deputado

#### 3. Conclusão da Comissão

Aconnendo o parecer fundamentado do relator, decide este colegiado pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária N.º 979/2005 de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamer Tributação, em 7 de junho de 2005.

nte: Sehastião Rufino lator : Antônio Mora

oráveis os (5) deputados: Adelmo Duarte, Augusto César, aldo Coelho, Henrique Queiroz, Roberto Leandro.

#### Parecer N° 5057/2005

EMENTA: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONO-RÍFICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO AO EMPRESÁRIO ZEFERINO FERREIRA DA COSTA. ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMEN-TAIS. PELA APROVAÇÃO.

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Resolução nº 706/2004, de autoria do Deputado Henrique Queiroz, que visa conceder o Título de Cidadão Honorífico do Estado de Pernambuco ao Empresário Zeferino Ferreira da Costa.

nte proposição se baseia no autorizativo do art. 185, *caput* e

inciso VII, do Regimento Interno deste Poder Legislativo. Apresentado breve apanhado histórico da vida do agraciado pelo título mencionado, bem como o apoiamento necessário, nos termos do art. 181, "j", do Regimento Interno, não há óbice legal à aprovação da proposição legislativa. Por outro lado, conforme deliberação do Pleno deste Colegiado

Técnico, na reunião do dia 23 de setembro de 2003, os Projetos de Resolução que visam conceder Título de Cidadão de Pernambuco serão precedidos de consulta prévia dos antecedentes criminais do agraciado. Antecedentes, estes, emitidos pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Justiça Militar da União, Tribunal Regional Eleitoral, Polícia Federal e Instituto de Identificação Tavares Buril – IITB. O agraciado, conforme consta das certidões em anexo, não apresenta nenhuma restrição.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Resolução nº 706/2004, de autoria do Deputado Henrique Queiroz.

## Jacilda Urquisa Deputada

3. Conclusão da Comissão

## COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Convoco, nos termos do art. 105, II, c/c § 2º art. 113, caput, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, os Deputados Sebastião Rufino (PFL), Adelmo Duarte (PFL), Antônio Moraes (PSDB), Geraldo Coelho (PFL), Henrique Queiroz (PP), João F. Coutinho (PSB), Marcantônio Dourado (PMDB), Roberto Leandro (PT), Sílvio Costa (PMN), membros titulares, e, na ausência destes, os suplentes, Deputados Ana Cavalcanti (PP), Ana Rodovalho (PSC), Augusto César (PTB), Augusto Coutinho (PFL), Ciro Coelho (PFL), Izaías Régis (PTB), Nelson Pereira (PC do B), Manoel Ferreira (PFL), Ricardo Teobaldo (PMDB), para comparecerem à **Reunião Extraordinária**, às **10:00h** (dez horas) do próximo dia **09** de **junho** de **2005** (quinta-feira), no Plenarinho I.

1) Projetos de Leis Ordinárias:
a) Projeto de Lei Ordinária n.º 954/2005, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas – Relator: Deputado Sebastião Rufino (Ementa: Altera a Lei n.º 12.600, de 14 de junho de 2004);
b) Projeto de Lei Ordinária n.º 955/2005, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas – Relator: Deputado Ciro Coelho (Ementa: Altera a Lei n.º 12.595, de 04 de junho de 2004).

Recife, 08 de junho de 2005.

Deputado SEBASTIÃO RUFINO

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO SISTEMA HABITACIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Convoco nos termos do Art. 103, inciso III do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, os Deputados: Antônio Morais (PSDB), Sílvio Costa (PMN), Tereza Leitão (PT), Carla Lapa (PSB), Henrique Queiroz (PP), Roberto Liberato (PFL), Betinho Gomes (PPS), José Queiroz (PDT), Membros Titulares, e, os Suplentes, Manoel Ferreira (PFL), Roberto Leandro (PT), João Fernando Coutinho (PSB), Raimundo Pimentel (PSDB), Ceça Ribeiro, Pastor Cleiton Collins (PSC), Jacilda Urquisa (PMDB), Augusto Coutinho (PFL). Para reunião desta Comissão a ser realizada, no dia 09 de Junho, Quinta-feira, às 09:00h, no Auditório do 6º andar do anexo I desta Casa Legislativa.

#### PAUTA:

- Esclarecimentos da CONSTRUTORA VISOR LTDA sobre o Conjuntos Residencais: Catamarã, Praia Grande e Enseada no Município
- de Jaboatão dos Guararapes;
   Esclarecimentos da **PREFEITURA DE OLINDA** à respeito dos Relatórios de Vistoria Técnica de Edificações Interditadas e Alvarás de

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução  $n^{\rm o}$  706/2004, de autoria do Deputado Henrique Queiroz.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 8 de junho de 2005.

Presidente: Bruno Rodrigues

Favoráveis os (6) deputados: Alf, Aurora Cristina, Bruno Araújo, José Queiroz, Roberto Liberato, Sebastião Oliveira Júnior.

# Parecer N° 5059/2005

Favoráveis os (4) deputados: Aurora Cristina, Jacilda Urquisa, José Queiroz, Sebastião Oliveira Júnior.

Projeto de Lei Ordinária nº 953/2005 Autor: Tribunal de Contas do Estado

Presidente: Bruno Rodrigues. Relator : Adelmo Duarte.

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA ALTERAR A LEI ESTADUAL № 12.594, DE 03 DE JUNHO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, SUAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS, SEUS RESPECTIVOS CARGOS COMIS-SIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS, E ESTABELECE NORMAS PARA DISCIPLI-NAR OS ATOS NORMATIVOS QUE MEN-CIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. MATÉRIA INSERTA NA ESFERA DE INICIATIVA LEGAL PRIVATIVA DO TRIBU-NAL DE CONTAS DO ESTADO, CONFORME ESTABELECE O ART. 33, I, DA CONSTITUI-ÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS

LIDADE. PELA APROVAÇÃO.

DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGA-

# Parecer N° 5058/2005

Projeto de Lei Ordinária nº 940/2005 Autor: Deputado Ricardo Teobaldo

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA DENOMINAR "RODOVIA PREFEITO ARTHUR GUERRA CAVALCANTI" A RODOVIA PE-89. ATENDI-MENTO DOS PRESSUPOSTOS CONSTITU-CIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PELA APROVAÇÃO.

#### 1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 940/2005 de autoria do Deputado Ricardo Teobaldo, que visa denomina "RODOVIA PREFEITO ARTHUR GUERRA CAVALCANTI". a

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição do Estado e no art. 182, parágrafo único, do Regimento Interno desta

Assembléia Legislativa.

A nroposição atende ao disposto no art. 238 da Constituição

A proposição atende ao disposto no art. 238 da Constituição Estadual, que veda que se dêem nomes de pessoas vivas a qualquer localidade, logradouro ou estabelecimento público. Ressalte-se, ainda, que, conforme consta do levantamento efetuado pela Divisão de Estatistica e Assistência Técnico-Legislativa desta Assembléia Legislativa, a rodovia estadual em questão ainda não tem denominação atribuída por lei. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 940/2005, de autoria do Deputado Ricardo Teobaldo.

# Adelmo Duarte Deputado

## 3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas prelator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária 940/2005, de autoria do Deputado Ricardo Teobaldo.

## 1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justica o Projeto Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 953/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que visa alterar a Lei Estadual nº 12.594, de 03 de junho de 2004, que dispõe sobre a estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, suas unidades administrativas, seus respectivos cargos comissionados e funções gratificadas, e estabelece normas para disciplinar os atos normativos que menciona e dá outras providências.

e dá outras providências.
Conforme consta do Oficio TCGP nº 187/2005, do Exmo. Presidente
do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, Conselheiro
Carlos Porto, as alterações propostas "objetivam modificar o valor das
gratificações pagas aos membros da comissão de licitação deste
Tribunal e da Escola de Contas Públicas Professor Barreto
Guimarães, bem como criar duas funções gratificadas de Assessor
da Chefia de Gabinete da Presidência, de símbolo TC-FGG-1, cuja
necessidade decorre do crescente aumento de atribuições da Chefia
de Gabinete da Presidência, que demanda assistência permanente".

Legisiativa. A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na esfera de iniciativa legal privativa do Tribunal de Contas do Estado, conforme estabelece o art. 33, I, da Constituição Estadual,

verbis:
"Art. 33. Compete ainda ao Tribunal de Contas:
I – organizar sua secretaria e serviços auxiliares, exercendo a devida atividade correicional;"

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do art. 105, I c/c art. 113, caput, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, os Deputados André Luis Farias (PTB), Augusto Coutinho (PFL), Bruno Rodrigues (PSDB), Ciro Coelho (PFL), Isaltino Nascimento (PT), Jacilda Urquisa (PMDB), José Queiroz (PDT), Pedro Eurico (PSDB) e Sebastião Oliveira Júnior (PFL), membros titulares, e, na ausência destes, os suplentes Adelmo Duarte (PFL), Augusto César (PTB), Aurora Cristina (PMDB), Bruno Araújo (PSDB), Lourival Simões (PV), Roberto Liberato (PFL), Silvio Costa (PMN), Soldado Moisés (PRP) e Teresa Leitão (PT) para se fazerem presentes à reunião a ser realizada às dez horas (10:00h), do dia 14 de junho de 2005, no Plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edificio Senador Nilo Coelho, onde estarão em pauta as seguintes matérias:

#### DISTRIBUIÇÃO:

1) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:
a) Projeto de Lei Ordinária nº 987/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica e dá outras providências).

#### 2) VETOS:

a) Veto Parcial, aposto pelo Governador do Estado, ao Projeto de Lei Ordinária n.º 537/2004, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Pemambuco).

#### DISCUSSÃO:

1) PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO:
a) Proposta de Emenda à Constituição nº 17/2005, de autoria de autoria da Deputada Malba Lucena (Ementa: Dispõe sobre a alteração no artigo 101 da Constituição do Estado de Pernambuco).
Relator Deputado Adelmo Duarte

b) Proposta de Emenda à Constituição n.º 19/2005, de autoria do Deputado Betinho Gomes (Ementa: Adite-se ao art. 78 da Constituição Estadual).

#### 2) PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR:

a) Projeto de Lei Complementar nº 977/2005, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Dispõe sobre a criação do Juizado de Transito e

nutado Adelmo Duarte

a) Projeto de Lei Ordinária nº 927/2005, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Considera a Festa da Lavadeira Património Cultural de Pernambuco).

Relator Deputado Adelmo Duarte b) Projeto de Lei Ordinária nº 966/2005, de autoria do Deputado Betinho Gomes (Ementa: Institui o Dia Estadual do Forró Pé-de-Serra, no Estado de Pernambuco)

#### Relator Deputado Adelmo Duarte

Relator Deputado Adelmo Duarte
c) Projeto de Lei Ordinária n.º 975/2005, de autoria do Deputado Antônio Figueiroa (Ementa: Denomina Rodovia Padre Zuzinha, a PE160, que liga a BR-104, em Taquaritinga do Norte, ao Município de Jataúba, passando pelo Município de Santa Cruz do Capibaribe).
Relator Deputado Augusto Coutinho
d) Projeto de Lei Ordinária n.º 976/2005, de autoria do Poder Judiciário (Ementa: Dispõe sobre modificações no Plano de Cargos,
Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário e determina providências pertinentes).
Relator Deputado André Luiz Farias
e) Projeto de Lei Ordinária n.º 982/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o
direito de uso de imóvel público, mediante prévia licitação, nos termos do art. 4º, §1º, da Constituição do Estado, e artigo 2º da Lei
Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores).

Relator Deputado Adelmo Duarte f) Projeto de Lei Ordinária nº 983/2004, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o

direito de uso de imóvel público, mediante prévia licitação, nos termos do art. 4º, §1º, da Constituição do Estado, e artigo 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores). Relator Deputado Bruno Araújo
g) Projeto de Lei Ordinária nº 984/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o direito de uso de imóvel público, mediante prévia licitação, nos termos do art. 4º, §1º, da Constituição do Estado, e artigo 2º da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores).

Relator Deputado Augusto César

4) EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS:
a) Subemenda Supressiva nº 01, apresentada pela Mesa Diretora (Ementa: Suprime expressão constante do artigo 1º do Substitutivo n.º 01 ao Projeto de Resolução n.º 509/2004), ao Substitutivo nº 01, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Resolução nº 509/2004), ao Projeto de Resolução nº 509/2004, de autoria do Deputado Neison Pereira (Ementa: Disciplina a concessão do Título Honorifico de Cidadão de Pernambuco e dá outras providências).

Deputado Nelson Pereira (Ementa: Disciplina a concessão do Título Honorífico de Cidadão de Pernambuco e dá outras providências). Relator Deputado Augusto Coutinho b) Subemenda Modificativa nº 02, apresentada pela Mesa Diretora (Ementa: Modifica a redação do inciso I do art. 3º, do Substitutivo nº 01 ao projeto de Resolução n.º 509/2004), ao Substitutivo nº 01, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Resolução nº 509/2004), ao Projeto de Resolução nº 509/2004, de autoria do Deputado Nelson Pereira (Ementa: Disciplina a concessão do Título Honorífico de Cidadão de Pernambuco e dá outras providências). Relator Deputado Augusto Coutinho c) Subemenda Modificativa nº 03, apresentada pela Mesa Diretora (Ementa: Modifica a redação do inciso VI do art. 5º do Substitutivo.

C) Subemenda Modificativa nº 03, apresentada pela Mesa Diretora (Ementa: Modifica a redação do inciso VI do art. 5º, do Substitutivo nº 01 ao projeto de Resolução nº 509/2004), ao Substitutivo nº 01, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Resolução nº 509/2004), ao Projeto de Resolução nº 509/2004, de autoria do Deputado Nelson Pereira (Ementa: Disciplina a concessão do Título Honorífico de Cidadão de Pernambuco e dá outras providências). Relator Deputado Augusto Coutinho

Recife, 08 de junho de 2005. Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

DEPUTADO BRUNO RODRIGUES PRESIDENTE DA CCLJ

Destaque-se, ainda, que os aspectos financeiros e orçamentários, especialmente no que toca à observância do art. 169, § 1º, da Constituição Federal e dos arts. 16, 17, 20, II, "a" e 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser objeto de análise pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em face de sua competência para opinar sobre "matéria financeira" e "proposições que concorram para modificar a despesa ou a receita pública" (art. 83, "b" e "c", do Regimento Interno).

Dessa forma, ressalvando os aspectos que devem ser examinados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, inexistem em suas disposições quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

ilegalidade.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 953/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado.

Sebastião Oliveira Júnior Deputado

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 953/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 8 de junho de 2005.

Favoráveis os (4) deputados: Adelmo Duarte, Aurora Cristina, Jacilda Urquisa. José Queiroz.

## Parecer N° 5060/2005

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA ALTERAR A LEI ESTADUAL N° 12.600, DE 14 DE JUNHO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNI-CA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. MATÉRIA INSERTA NA ESFERA DE INICIATIVA LEGAL PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, CONFORME ESTABELECE O ART. 33 C/C ART. 32, § 6°, DA CE/89. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO PELO RELATOR.

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 954/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que visa alterar a Lei Estadual nº 12.600, de 14 de junho de 2004, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Carta Estadual e no art. 182, parágrafo único, do Regimento Interno desta Assembléia

art. 182, parágrafo único, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na esfera de iniciativa legal privativa do Tribunal de Contas do Estado, conforme estabelece o art. 33 c/c art. 32, § 6°, da Constituição Estadual.

Destaque-se, ainda, que os aspectos financeiros e orçamentários, especialmente no que toca à observância do art. 169, § 1°, da Constituição Federal e dos arts. 16, 17, 20, II, "a" e 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser objeto de análise pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em face de sua competência para opinar sobre "matéria financeira" e "proposições que concorram para modificar a despesa ou a receita pública" (art. 83, "b" e "c", do Regimento Interno).

Dessa forma, ressalvando os aspectos que devem ser examinados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, inexistem em suas disposições quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou liegalidade.

ilegalidade. Entretanto, a fim de acrescer alterações que têm o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado – Lei Estadual nº 12.600/2004, proponho a aprovação do seguinte SUBSTITUTIVO:

# SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 954/2005

Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 954/2005.

Art. 1º O Projeto de Lei Ordinária nº 954/2005 passa a ter a sequinte

"Ementa: Altera a Lei Estadual nº 12.600, de 14 de junho de 2004, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de

Pernambuco. Art. 1º A Lei Estadual nº 12.600, de 14 de junho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 2º .....

b) a fixação dos subsídios dos membros do Ministério Público de

Contas e dos vencimentos dos membros da Procuradoria Consultiva, "Art.16.

8 1°.

III – aplicará ao responsável a multa prevista no inciso XII do art. 73

"Art. 41. .. § 2°

 I – será necessariamente precedida de notificação dos responsáveis ra que estes apresentem defesa prévia no prazo de dez dias, na para que estes apresentem ueresa forma definida no Regimento Interno;

"Art. 47. O Tribunal decidirá a respeito de consulta formulada por autoridade competente quanto as dúvidas suscitadas na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida nesta Lei.

Parágrafo único. Durante a instrução do processo, o Relator poderá ainda, solicitar parecer do Ministério Público de Contas, proposta de voto da Auditoria Geral ou mesmo relatório aditivo ou complementa de órgão específico, sendo de seu arbítrio o prazo de conclusão de tais exigências, assegurando à parte interessada a oportunidade de pronunciar-se sobre o conteúdo do parecer ou relatório aditivo."

b) do terceiro que, como contratante, contratado ou parte interessada na prática do mesmo ato, de qualquer modo haja concorrido para o cometimento do dano apurado.

"Art. 63. Quando julgar as contas irregulares, havendo débito, o Tribunal condenará o responsável ao pagamento da divida atualizada monetariamente, acrescida dos juros de mora devidos podendo, ainda, aplicar as sanções previstas no art. 73 desta Lei." "Art. 77. ......

§ 11. O Presidente indeferirá as petições de recurso quando ausentes os pressupostos de legitimidade e tempestividade, ressalada a competência do Relator. (ACR)"

IV - contra decisões do Presidente, em juizo de admissibilidade de recursos, dirigida ao mesmo, no prazo de 15 (quinze) dias, apreciada pelo Pleno, na forma prevista no Regimento Interno e recebida exclusivamente no efeito devolutivo. (ACR)

"Art. 83. À Parte, ao Terceiro juridicamente interessado e ao Ministério Público de Contas é atribuída legitimidade para propor, por ação própria ou por provocação da Administração Pública, o Pedido de Rescisão de julgado, sem efeito suspensivo, desde que:

"Art. 92. Os Conselheiros e Auditores têm prazo de noventa dias, a partir da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial do Estado, prorrogável por cento e oitenta dias, no máximo, mediante solicitação a, para posse e exercício no cargo.

V - apreciar e julgar denúncias formuladas contra Prefeito Municipal, Presidentes de Câmara de Vereadores, Mesas Diretoras de Câmaras

Municipais e as relativas aos demais jurisdicionados do Tribunal de Contas, ressalvada a competência do Pleno estabelecida no inciso X do art. 102 desta Lei;

§ 7º Em caso de ausências e impedimentos, por motivo de licença, férias, ou outro afastamento legal, o Procurador Geral designará, dentre os membros, o seu substituto, a quem poderá delegar atribuições administrativas e funcionais e na falta deste a substituição automática se procederá, sucessivamente, pelo membro mais

I - exercer a chefia e representação do Ministério Público de Contas dirigindo suas atividades funcionais;

V – interpor os recursos previstos nesta Lei e propor Pedido de Rescisão do Julgado. (ACR)" "Art. 122. .....

§ 1º Os Auditores ficarão vinculados aos processos conclusos que lhes forem distribuídos para relatar.

§ 3° Os vencimentos do cargo de Procurador-Chefe serão estabelecidos da mesma forma prevista para os cargos de que trata o inciso VI do art. 9° da Lei Complementar n° 61, de 15 de julho de 2004."

"Art. 128.

§ 3º O vencimento dos cargos de Procurador do Tribunal de Contas, símbolo Procurador TCPC-III, será estabelecido na forma do § 3º do art. 127 desta Lei, observando-se uma diferença de 5,5 % (cinco vírgula cinco por cento) de uma para outra categoria da carreira." "Art. 136. Os servidores do Tribunal de Contas só poderão ser

cedidos a Poderes, órgãos e unidades da administração direta e indireta da União, Estados ou Municípios sem ônus para o Tribunal de Contas, ressalvada a cessão a Poderes, órgãos e unidades da administração direta e indireta do Estado de Pernambuco, que será regida pelos termos disciplinados em convênios de cod técnica, observadas as normas da Lei Estadual nº 12.595, de 04 de

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ressalvadas as alterações efetuadas no § 3º do art. 127 e no § 3º do art. 128 da Lei Estadual nº 12,600, de 14 de junho de 2004, que agem a 1º de fevereiro de 2005.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 954/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do Substitutivo acima proposto.

#### Sebastião Oliveira Júnion Deputado

#### 3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 954/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do Substitutivo proposto pelo relator

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 8 de junho de 2005.

Presidente: Bruno Rodrigues. Relator : Sebastião Oliveira Júnior. Favoráveis os (4) deputados: Adelmo Duarte, Aurora Cristina cilda Urquisa, José Queiroz

## Parecer N° 5061/2005

Projeto de Lei Ordinária nº 955/2005 Autor: Tribunal de Contas do Estado

FMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA ALTERAR A LELES TADUAL Nº 12.595, DE 04 DE JUNHO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E EVOLUÇÃO FUNCIONAL DOS GRUPOS OCUPACIONAIS DE CONTROLE GRUPOS OCUPACIÓNAIS DE CONTROLE EXTERNO E DE APOIO AO CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E DÁ OUTRAS POVIDÊNCIAS. MATÉRIA INSERTA NA ESFERA DE INICIATIVA LEGAL PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, CONFORME ESTABELECE O ART. 33, I, DA CONSTITUÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO PELO RELATOR.

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 955/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que visa alterar a Lei Estadual nº 12.595, de 04 de junho de 2004, que dispõe sobre o plano de cargos e evolução funcional dos grupos ocupacionais de controle externo e de apoio ao controle externo do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

A Proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Carta Estadual e no art. 182, parágrafo único, do Regimento Interno desta As

Legislativa.

A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na esfera de iniciativa legal privativa do Tribunal de Contas do Estado, conforme estabelece o art. 33, l, da Constituição Estadual, verbis:

"Art. 33. Compete ainda ao Tribunal de Contas:

I – organizar sua secretaria e serviços auxiliares, exercendo a devida

atividade correicional;" Destaque-se, ainda, que os aspectos financeiros e orçamentários

Destaque-se, ainda, que os aspectos financeiros e orçamentários, especialmente no que toca à observância do art. 169, § 1°, da Constituição Federal e dos arts. 16, 17, 20, II, "a" e 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser objeto de análise pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em face de sua competência para opinar sobre "matéria financeira" e "proposições que concorram para modificar a despesa ou a receita pública" (art. 83, "b" e "c", do Regimento Interno). Dessa forma, ressalvando os aspectos que devem ser examinados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, inexistem em suas disposições quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

ilegalidade

Entretanto, entendo que deve ser mantido o atual regramento relativo à cessão de servidores do TCE/PE a Poderes, órgãos e unidades da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, razão pela qual proponho a aprovação do seguinte SUBSTITUTIVO:

# SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 955/2005

Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 955/2005.

Art. 1º O Projeto de Lei Ordinária nº 955/2005 passa a ter a seguinte

redação:
"Ementa: Altera a Lei Estadual nº 12.595, de 04 de junho de 2004,
que dispõe sobre o plano de cargos e evolução funcional dos grupos
ocupacionais de controle externo e de apoio ao controle externo do
Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e dá outras
restridâncias.

providências. Art.  $1^{\circ}$  O art.  $2^{\circ}$  da Lei Estadual  $n^{\circ}$  12.595, de 04 de junho de 2004, passa a vigorar acrescido dos §§  $1^{\circ}$  e  $2^{\circ}$ , com a seguinte redação: "Art.  $2^{\circ}$ ....."

§ 1º A gratificação de que trata o caput deste artigo poderá ser atribuída ao número máximo de até 140 (cento e quarenta) servidores de outros órgãos e entidades à disposição do Tribunal de Contas, dentre os quais é limitado em 60 (sessenta) o número

máximo de servidores do Poder Executivo do Estado de Pernambuco aos quais pode ser atribuída a gratificação em questão. § 2º Os servidores de outros órgãos e entidades que atualmente se encontram à disposição deste Tribunal continuarão a perceber a gratificação de que trata este artigo, inclusive quando da renovação de suas cessões, ainda que superados os limites fixados no parágrafo anterior." Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário."

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 955/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do Substitutivo acima proposto.

#### Sebastião Oliveira Júnior Deputado

#### 3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 955/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do Substitutivo proposto pelo relator

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 8 de junho de 2005.

Presidente: Bruno Rodrigues. Relator : Sebastião Oliveira Júnior. Favoráveis os (4) deputados: Adelmo Duarte, Aurora Cristina, Jacilda Urquisa, José Queiroz.

### Parecer N° 5062/2005

Projeto de Lei Ordinária nº 956/2005 Autor: Tribunal de Contas do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA REAJUSTAR OS VENCIMENTOS BASE DOS CARGOS QUE INTEGRAM O QUADRO DE PESSOAL DOS GRUPOS OCUPACIONAIS DE CONTROLE EXTERNO (GOCE) E DE APOIO AO CONTROLE EXTERNO (GOACE), BEM COMO OS VENCIMENTOS-BASE DOS CARGOS EM COMISSÃO E OS VALORES DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS, INTE-GRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZA-CIONAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. MATÉRIA INSERTA NA ESFERA DE INICIATIVA LEGAL PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, CONFORME ESTA-BELECE O ART. 33, I, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALI-DADE. PELA APROVAÇÃO.

#### 1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 956/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que visa reajustar os vencimentos base dos cargos que integram o Quadro de Pessoal dos Grupos Ocupacionais de Controle Externo (GOCE) e de Apoio ao Controle Externo (GOACE), bem como os vencimentos-base dos cargos em comissão e os valores das funções gratificadas, integrantes da estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

roposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Carta Estadual e no 182, parágrafo único, do Regimento Interno desta Assembléia

Legislativa. A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na esfera de iniciativa legal privativa do Tribunal de Contas do Estado, conforme estabelece o art. 33, I, da Constituição Estadual,

*verbis*: "Art. 33. Compete ainda ao Tribunal de Contas: I – organizar sua secretaria e serviços auxiliares, exercendo a devida

atividade correicional;" Destaque-se, ainda, que os aspectos financeiros e orçament Destaque-se, ainda, que toca à observância do art. 169, § 1º, da constituição Federal e dos arts. 16, 17, 20, II, "a" e 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser objeto de análise pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em face de sua competência para opinar sobre "matéria financeira" e "proposições que concorram para modificar a despesa ou a receita pública" (art. 83, "b" e "c", do Regimento Interno). Dessa forma ressalvando os aspectos que devem ser examinados

Dessa forma, ressalvando os aspectos que devem ser examinados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, inexistem em suas disposições quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou identificade.

noganizaue.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 956/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado.

Sebastião Oliveira Júnior Deputado

#### 3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 956/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislaç Justiça, em 8 de junho de 2005.

Presidente: Bruno Rodrigues. Relator : Sebastião Oliveira Júnior. Favoráveis os (5) deputados: Adelmo Duarte, Aurora Cristina, Jacilda Urquisa, José Queiroz, Roberto Liberato.

## Parecer N° 5063/2005

Projeto de Lei Ordinária nº 960/2005 Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA ALTERAR O § 4º DO ARTIGO 4º DA LEI № 12.758, DE 24 DE JANEIRO DE 2005, QUE CRIA E EXTINGUE CARGOS E FUNÇÕES QUE INDICA. MATÉRIA CUJA INICIATIVA DE LEI É PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO, CONFORME DETERMINA O ART. 19, § 1º, VI (CRIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DAS SECRETARIAS DE ESTADO, DE ÓRGÃOS E DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA), DA CE/89. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO, COM AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELO RELATOR.

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 960/2005, de autoria do Governador do Estado.

Trata-se de Proposição que sisa alterar o § 4º do artigo 4º da Lei Estadual nº 12.758, de 24 de janeiro de 2005, que cria e extingue carros e funções que indice cargos e funções que indica.

A alteração em questão visa excluir a vedação atualmente existente de repetição, no mandato subsequente, do membro do Conselho Consultivo da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE indicado pela Federação das Indústrias de Pernambuco – FIEPE.

#### 2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual e no art. 182, parágrafo único, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa

A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise é de iniciativa legal privativa do Governador do Estado, conforme estabelece o art. 19, § 1°, VI, da Carta Estadual. Eis a redação do citado dispositivo "Art. 19.

§ 1º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre:

VI - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado, de órgãos e de entidades da administração Pública." Ressalte-se, ainda, que inexistem em suas disposições quaisquer

nessane-se, ainda, que inexistem em suas disposições quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade. Entretanto, a fim de corrigir falha de natureza redacional no texto da Proposição Governamental ora em análise, proponho a aprovação da seguinte EMENDA MODIFICATIVA:

#### **EMENDA MODIFICATIVA Nº 01** AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 960/2005

Ementa: Altera a ementa e o art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº960/2005.

Art. 1º A ementa e o art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº960/2005

Art. 1º A ementa e o arr. 1º uo riojato do 20. 2 passam a ter a seguinte redação: Ementa: Altera a redação dada pela Lei Estadual nº 12.758, de 24 de janeiro de 2005, ao § 4º do art. 11 da Lei Estadual nº 12.524, de 30

Janeiro de 2005, a  $\S$  4° do art. 11 da Lei Estadual nº 12.324, de 30 de dezembro de 2003. Art. 1° O  $\S$  4° do art. 11 da Lei Estadual nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003, alterado pela Lei Estadual nº 12.758, de 24 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 4º A concessionária ou permissionária de que trata o inciso IV deste artigo será de livre escolha do Governador do Estado, vedada a repetição no mandato subseqüente."

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 960/2005, de autoria do Governador do Estado, com as alterações acima propostas.

# Sebastião Oliveira Júnior Deputado

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 960/2005, de autoria do Governador do Estado, com as alterações propostas pelo relator.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 8 de junho de 2005.

Presidente: Bruno Rodrigues. Relator : Sebastião Oliveira Júnior. Favoráveis os (6) deputados: Alf, Aurora Cristina, Bruno Araújo, Jacilda Urquisa, José Queiroz, Roberto Liberato.

## Parecer N° 5064/2005

Projeto de Lei Ordinária nº 961/2005 or do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA INSTITUIR O DIA 13 DE ABRIL DE 1817 COMO A DATA DE CRIAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE PÉRNAMBUCO, ADOTAR COMO SEU PATRONO O PATRIOTA FELIPE NÉRI FERREIRA E DAR OUTRAS PROVIDÊN-CIAS. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊN-CIA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1°, DA CONS-

TITUIÇÃO FEDERAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

Submeto à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 961/2005, de autoria do Governador do Estado, que visa instituir o dia 13 de abril de 1817 como a data de criação da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, adotar como seu patrono o Patriota Felipe Néri Ferreira e dar outras restrictables de Pernambuco.

Conforme ressaltado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado na Mensagem nº 066/2005, de 19 de maio de 2005, o Projeto de Lei ora

em anaise:
"(...) embasa-se no entendimento esposado pelo Historiador Pereira
da Costa, no sentido de que foi criado, no dia 13 de abril de 1817,
através de um Decreto do Governo Provisório, um Tribunal de
Polícia, primeira forma de organização policial do Estado de
Pemamburo.

Pemambuco. Embasa-se, ainda, no Historiador Carlos Bezerra Cavalcanti que sugere que se adote o Patriota Felipe Néri Ferreira como patrono da Polícia Civil, tendo em vista que o mesmo foi participante ativo do Movimento Revolucionário de 1817 e nomeado pelo Governo Provisório Juiz Ordinário do Crime e Polícia, cargo que, posteriormente, se denominou Intendente de Polícia, e, atualmente, Chefe de Polícia Destate a literatura considera que o Patriota Felipe posteriormente, se denominou intendente de la ordina e, statumente. Chefe de Policia. Destarte, a literatura considera que o Patriota Felipe Néri Ferreira foi o 1º Chefe de Policia de Pernambuco".

Frise-se, ainda, que consta em anexo aos autos do presente processo legislativo Ensaio Biográfico de Felipe Neri Ferreira, de autoria do Delegado Benedito A. de Oliveira, Chefe da Unidade de Administração de Pessoal da Polícia Civil de Pernambuco – UNIAP/GRH/PCPE.

A Proposição Legislativa vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 182, parágrafo único, do Regimento

Interno desta Assembléia Legislativa.

A matéria versada pelo Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na competência residual dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal.

#### Como leciona Alexandre de Moraes:

'A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição

Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF,

art. 30). São *vedações explícitas* as normas de observância obrigatória pelo Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis estabelecidos e federais extensíveis." (in Direito Constitucional, Ed Atlas, 16a ed., 2004, p. 302)

Atlas, 10° ed., 2004, p. 302) Não estando a matéria versada no Projeto de Lei ora em análise nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição."

Ressalte-se, por fim, que inexistem vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade nas disposições da Proposição Governamental ora em

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 961/2005, de autoria do Governador do

## José Queiroz Deputado

#### 3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 961/2005, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 8 de junho de 2005.

Presidente: Bruno Rodrigues

oráveis os (6) deputados: Alf, Aurora Cristina, Bruno Araújo Ida Urquisa, Roberto Liberato, Sebastião Oliveira Júnior.

## Parecer N° 5065/2005

Projeto de Lei Ordinária nº 972/2005 Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA AUTORIZAR O ESTADO DE PERNAMBUCO A CEDER O DIREITO DE USO DO IMÓVEL QUE INDICA. ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PELA APROVAÇÃO.

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 972/2005, de autoria do Governador do Estado, que visa autorizar o Estado de Pernambuco a ceder ao Município de São Bento do Una, pelo prazo de 04 (quatro) anos, o direito de uso do imóvel localizado na Rua Laurindo Lins Cavalcante, nºs 156 e 164, Centro, São Bento do Una, integrantes do seu patrimônio.
Conforme art. 2º da Proposição Governamental, o imóvel cedido através do Projeto de Lei sob análise destinar-se-á, exclusivamente, à instalação de estabelecimentos públicos municípais.

A presente proposição encontra supedâneo nos arts. 19, caput, da Constituição Estadual e no art. 182, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa Legislativa. Conforme determinam os arts. 4º, § 1º e 15, IV, a cessão do direito de

uso de bens imóveis do Estado, desafetados do uso público, dependem de autorização desta Assembléia Legislativa, mediante lei específica. Por sua vez, a lei que a autorizar deverá prever expressamente o prazo de duração da cessão, cuja renovação dependerá de nova autorização legislativa, mediante lei específica, de acordo com o que estabelece o§ 2º do art. 4º da Carta Estadual.

Todos os requisitos acima referidos foram atendidos pelo Projeto de

Lei ora em análise.

De fato, a autorização legislativa foi encaminhada através de projeto de Lei ora em análise.

De fato, a autorização legislativa foi encaminhada através de projeto de lei especificamente a esse fim destinado, o qual estabelece o prazo de duração de 04 (quatro) anos para a cessão (art. 1º, caput), contados a partir da data da assinatura do Termo de Cessão de Uso de Imóvel.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 972/2005, de autoria do Governador do Estado.

## Jacilda Urquisa

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 972/2005, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legis Justiça, em 8 de junho de 2005.

eputados: Alf, Aurora Cristina, Bruno Araújo, erto Liberato, Sebastião Oliveira Júnior. Favoráveis os (6) depu José Queiroz, Roberto

## Parecer N° 5066/2005

Projeto de Lei Ordinária nº 973/2005 Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA AUTORIZAR O ESTADO DE PERNAMBUCO A CEDER O DIREITO DE USO DO IMÓVEL QUE INDICA. ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PENAMBRULA FACILITATIVA DE CONTRA LA APROVAÇÃO.

#### 1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 973/2005. de autoria do Governador do Estado, que visa autorizar o Estado de Pernambuco a ceder ao Município de Inajá, pelo prazo de 05 (cinco) anos, o direito de uso do imóvel localizado na Rua Cristo Rei, nº 418, Inajá, com 14.590,19 m2, integrante do seu patrimônio. Conforme art. 2º da Proposição Governamental, o imóvel cedido

através do Projeto de Lei sob análise destinar-se-á, exclusivamente. à instalação de uma quadra poliesportiva.

#### 2.Parecer do Relator

A presente proposição encontra supedâneo nos arts. 19. caput. da Constituição Estadual e no art. 182, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa Legislativa. Conforme determinam os arts. 4°, § 1° e 15, IV, a cessão do direito de uso de bens imóveis do Estado, desafetados do uso público,

dependem de autorização desta Assembléia Legislativa, mediante le pecífica

Por sua vez. a lei que a autorizar deverá prever expres prazo de duração da cessão, cuja renovação dependerá de nova ришь че чинауал на сезьал, сија пеночајал церепиета de nova autorização legislativa, mediante lei específica, de acordo com o que estabelece o § 2º do art. 4º da Carta Estadual.

isitos acima referidos foram atendidos pelo Proieto de

De fato, a autorização legislativa foi encaminhada através de projeto de lei especificamente a esse fim destinado, o qual estabelece o prazo de duração de 05 (cinco) anos para a cessão (art. 1º, caput), contados a partir da data da assinatura do Termo de Cessão de Uso

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 973/2005, de autoria do Governador do

# Alf Deputado

## 3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinár 973/2005, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legi Justiça, em 8 de junho de 2005.

# Presidente: Bruno Rodrigu Relator : Alf. Favoráveis os (6) deputa

Relator: Alf. Favoráveis os (6) deputados: Aurora Cristina, Bruno Araújo, Jacilda Urquisa, José Queiroz, Roberto Liberato, Sebastião Oliveira Júnior.

## Parecer N° 5067/2005

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA AUTORIZAR O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO FISCAL DO ESTADO, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2005. ATENDIDOS OS PRESUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PELA APROVAÇÃO.

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 978/2005, de autoria do Governador do Estado, encaminhado a esta Corte Legislativa através da Mensagem nº 070/2005, de 01 de junho de 2005.

2005. O Projeto em referência, conforme estabelece o seu art. 1º, autorizar o Poder Executivo a abrir crédito especial no valor de R\$ 1.106.756,00 (hum milhão, cento e seis mil, setecentos e cinqüenta e oito reais), ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2005, em favor da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio

A abertura de crédito de que trata a presente proposição objetiva promover a adequação da programação orçamentária da Secretaria mencionada, mediante inclusão dos programas "Oferta dos Serviços de Telecomunicações à Administração Pública do Estado" e "Expansão do Sistema de Telecomunicações do Estado" com suas respectivas ações, em virtude da mudança de subordinação institucional da Unidade Técnica Departamento de Telecomunicações de Pernambuco, que passa a vincular-se à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, conforme disposto no Decreto n.º 27.966, de 30 de amio de 2005.

A Proposição Legislativa acima epigrafada visa, ainda, ajustar, no que couber, o Plano Plurianual 2004 - 2007, aprovado pela Lei nº 12.427, de 25 de setembro de 2003, tendo em vista a sua compatibilização com as alterações orçamentárias constantes do Projeto de Lei ora em análise.

Com arrimo no art. 21 da Constituição Estadual, o Governador do Estado solicitou a observância do regime de urgência na tramitação.

Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Legislativo

A matéria objeto do Projeto de Lei em análise encontra-se, segundo estabelecem os arts. 19, § 1º, 1 e 37, III, da Constituição Estadual, dentro da esfera de iniciativa de lei reservada privativamente ao Governador do Estado.

Por outro lado, cabe a esta Assembléia Legislativa, haja vista tratar-se de abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, conceder, previamente, autorização legislativa, segundo dispõem os arts. 15, I e 128, III, da Carta Estadual e art. 42 da Lei Federal  $n^{\rm o}$ 

4.320, de 17 de março de 1964.

O Projeto de Lei está em consonância com o exigido pelo art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, vez que se encontra precedido de exposição justificativa que, por sua vez, consigna a existência de recursos disponíveis para acorrer a despesa. Destarte, conforme consta da Proposição Governamental, os

recursos destinados à abertura do crédito especial serão provenientes da anulação de dotação orçamentária, discriminada em seu art. 2º; na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Encontram-se atendidos, ainda, os requisitos exigidos pelo art. 46 da já referida Lei Federal nº 4.320/64 (indicação da importância, espécie de crédito adicional e classificação da despesa, até onde for

possível).
Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 978/2005, de autoria do Governador do

#### Bruno Araújo Deputado

#### 3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, uma vez atendidas todas as prescrições constitucionais, legais e regimentais, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 978/2005, de autoria do Governador do

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 8 de junho de 2005.

Presidente: Bruno Rodrigues.

Relator : Bruno Araújo. Favoráveis os (6) deputados: Alf, Aurora Cristina, Jacilda Urguisa, José Queiroz, Roberto Liberato, Sebastião Oliveira

## Parecer N° 5068/2005

Parecer ao Projeto de Lei Ordinária n.º 953/2005 Origem: Tribunal de Contas do Estado de Perna Autoria: Presidente Carlos Porto

Ementa: altera a lei N.º 12.594, de 03 de junho de 2004

## 1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária N.º 953/2005, encaminhado através do Oficio TCGP N.º 0187/2005, de 17 de maio de 2005, assinado pelo Exmo. Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco Conselheiro Carlos Porto.

A proposição visa alterar a Lei N.º 12.594, de 03 de junho de 2004, a qual dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, suas Unidades Administrativas, seus respectivos Cargos Comissionados e Funções Gratificadas, e estabelece normas para disciplinar os atos normativos que menciona e dá outras pro vidências.

ste projeto de lei encontra-se amparado pelos artigos 19 e 20 da onstituição Estadual.

De acordo com alegações contidas no oficio de encaminhamento do projeto "as alterações propostas objetivam modificar o valor das gratificações pagas aos membros da comissão de licitação deste Tribunal e da Escola de Contas Públicas Professor Barretc Guimarães, bem como criar duas funções gratificadas de Assesso da Chefia de Gabinete da Presidência, de simbolo TC-FGG-1, cuja necessidade decorre do crescente aumento de atribuições da Chefia de Gabinete da Presidência, que demanda assistência permanente".

cimo de despesa resultante desta Lei será de cer O adrescinito de despesa restatalhe desta de será de cerca de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais) neste exercício de 2005 e de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) nos exercícios de 2006 e 2007. Ressalte-se que, de acordo com o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas (maio de 2004 a abril de 2005), particularmente no Demonstrativo de Despesa com Pessoal, fica demonstrado que este Tribunal posiciona-se abaixo do limite prudencial estabelecido para despesa com pessoal.

Esse aumento de despesa com pessoal correrá à conta de dotações orçamentárias próprias, encontrando-se dentro das normas impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e atendendo também o art. 169 da Constituição Federal.

Uma vez que são atendidas as normas financeiras e orçamentárias e nada havendo a considerar quanto a questão tributária, opino pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária N.º 953/2005.

## Sebastião Rufino

#### 2. Conclusão da Comissão

Acatando o parecer fundamentado do relator, decide esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária N.º 953/2005, oriundo do Tribunal de Contas do Estado

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 8 de junho de 2005.

Presidente em exercício: Adelmo Duarte. Relator : Sebastião Rufino. Favoráveis os (7) deputados: Adelmo Duarte, Antônio Moraes, Augusto César, Geraldo Coelho, Henrique Queiroz, Marcantônio Dourado, Roberto Leandro.

## Parecer N° 5069/2005

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação Parecer ao Projeto de Lei Ordinária n.º 956/2005 Origem: Poder Legislativo Autoria: Presidente do Tribunal de Contas do Estado

Ementa: Reajusta os vencimentos base dos cargos que integram o Quadro de Pessoal dos Grupos Ocupacionais de Controle Externo (GOCE) e de Apoio ao Controle Externo (GOACE), bem como os vencimentos-base dos cargos em comissão e os valores das funções gratificadas, integrantes da estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado de Pernam-

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária Nº 956/2005, oriundo do Tribunal de Contas. É encaminhado através Ofício nº 0190/05 de 17 de maio de 2005 assinado pelo Exmo. Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Carlos Porto. O presente Projeto de Lei está sob regime de urgência.

O reajuste de 11% proposto para os servidores que integram o Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, bem como os vecimento-base dos cargos em comissão e os valores das funções gratificadas visa atender ao mandamento constitucional que lhes garante a revisão geral anual da remuneração prevista no art. 37, inciso X da Constituição Federal

te-se que o último reajuste concedido remonta a 1º de março de 2004.

Foi apresentada a repercussão financeira do presente Proieto de Lei. m como, o relatório de gestão fiscal, evidenciando que o Tribunal de Contas do Estado encontra-se abaixo do limite prudencial em relação a receita corrente líquida do Estado, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF

A presente proposta, ora analisada, encontra-se perfeitamente quada às disponibilidades orçamentárias e financeiras da Corte de Contas, e as despesas majoradas estão previstas em seu

A repercussão financeira do projeto em tela para 2005 é de R\$ 5.350.000,00 ( cinco milhões e trezentos e cinqüenta mil reais) e para os anos de 2006 e 2007 de R\$ 8.600.000,00 (oito milhões e

Fundamentado no exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária Nº 956/2005, de autoria do Presidente do

#### Ciro Coelho

#### 3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação considera que o Projeto de Lei Ordinária Nº 956/2005, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas, está em condições de ser aprovado.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamer Tributação, em 8 de junho de 2005.

esidente: Sebastião Rufino.

Relator : Ciro Coelho

enator : GITO GOBINO. Ivoráveis os (6) deputados: Adelmo Duarte, Antônio Moraes, ugusto César, Henrique Queiroz, Marcantônio Dourado,

## Parecer N° 5070/2005

Comissão de Administração Públi Projeto de Lei Ordinária nº 885/200 Autor: Deputado Isaias Régis

Ementa: Estabelece normas referentes às práticas co-merciais, bancárias e financeiras que envolvam negativa de outorga de crédito ao consumidor. Pela aprovação, nos termos do substitutivo.

Submeto à apreciação desta Comissão de Administração Pública, o Projeto de Lei Ordinária 885/2005, de autoria do Deputado Isaias Régis, que estabelece normas referentes às práticas comerciais, bancárias e financeiras que envolvam negativa de outorga de crédito ao consumidor.

A proposição tem por objetivo obrigar as empresas bancárias, comerciais, financeiras e securitárias a fornecerem por escrito ao consumidor as causas da negativa de concessão de crédito, possibilitando ao mesmo fazer a defesa dos seus interesses.

O Projeto de Lei em comento obteve parecer favorável da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, no tocante à sua constitucionalidade, tendo recebido emenda modificativa 01, alterando os arts. 2º, 3º e 4º, onde as penalidades atribuídas fazem apenas referência às previstas no Código de Defesa do Consumidor, o que a nosso ver, torna menos eficaz a presente propositura.

Assim, somos pela rejeição da emenda modificativa 01 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça e pela aprovação do Projeto de Lei 885 de autoria do Deputado Isaias Régis, nos termos do substitutivo que ora propomos, que visa unicamente aperfeiçoar a proposta original a partir das sugestões decorrentes de audiência pública havida no seio desta Comissão:

stitutivo Nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária 885/2005.

# Ementa: Altera a redação do PROJETO DE LEI ORDI-NÁRIA 885/2005.

Art. 1º - A todo consumidor ao qual for negada a concessão do crédito, seja comercial, financeiro ou bancário, em programas oferecidos publicamente por fornecedores de produtos ou serviços, deverá ser entregue declaração da qual constará obrigatoriamente as seguintes informações:

I-o nome do estabelecimento que negar crédito ao consumidor; II-o nome e qualificação do consumidor cujo crédito tenha sido negado; III – o motivo pelo qual houve a negativa

Art. 2º - O estabelecimento que deixar de atender ao disposto nesta Lei, ficará sujeito às seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo das de natureza cível, penal e administrativas:

II – suspensão temporária da atividade;

III – interdição do estabelecimento;

Art. 3º- Os estabelecimentos comerciais, bancários, financeiros e securitários, deverão colocar em local visível aos usuários, cópia da presente Lei.

Art. 4º - O descumprimento da divulgação estabelecida nesta Lei, sujeitará o infrator à multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) a R\$ 1000.000,00 (hum milhão de reais), de acordo com a capacidade

I - Em caso de 1a. Reincidência, a multa deverá ser aplicada em dobro

 II – Na hipótese de nova reincidência, será cassada a inscrição estadual do estabelecimento comercial

III - Na hipótese de descabimento do inciso anterior, de acordo com o tipo de instituição, será aplicada a penalidade de suspensão temporária da atividade

Art. 5º- O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor no prazo de 60 (sessenta) dias após sua aprovação

Diante do exposto, opino no sentido de que o Parecer desta Comissão de Administração Pública seja pela Aprovação do Projeto de Lei Ordinária 885/05, de autoria do Deputado Isaias Régis, nos termos do substitutivo

#### **Betinho Gomes** Deputado

#### 3- Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo Relator, opinamos pela Aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 885/05, de autoria do Deputado Isaias Régis, nos termos do

Sala da Comissão de Administração Pública em 8 de junho de 2005.

e: José Queiroz lator : Betinho Gome áveis os (3) deputados: Aurora Cristina, José Queiroz tião Oliveira Júnior.

### Parecer N° 5071/2005

missão de Administração Pública Substituti vo Nº 01/2005, de au 5, de autoria da Jição, Legislação e Justiça ao Projeto de Comissão de Co Lei Ordinária Nº 886/2005

> EMENTA: PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE VISA CRIAR PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE VISA CRIAR O SELO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL ESTADUAL. RECEBEU O SUBSTITUTIVO Nº 01/2005, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. ATENDIDO O TRÂMITE RE-GIMENTAL. NO MÉRITO, PELA APROVA-ÇÃO COM AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS.

**1.1.** Vem a esta Comissão de Administração Pública, o Substitutivo  $N^\circ$  01/2005, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária  $N^\circ$  886/2005, de autoria do Deputado Augusto Coutinho, para análise e emissão de parecer;

**1.2**- A proposição trata de matéria que busca alterar a Lei Estadual  $n^{\rm o}$  12.558, de 13 de abril de 2004.

2.1- O Substitutivo Nº 01/2005, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei acima mencionada objetiva alterar a Lei Estadual 12.558/2004, acrescentando alguns dispositivos e ampliando sua abrangência;

2.2- O texto do Substitutivo ora em análise acrescenta ao artigo 3º, da Lei Estadual nº 12.558/2004, os incisos V a VIII, *in verbis*:

V- criar planos de incentivo objetivando a utilização de técnicas de conservação ambiental, amparadas na legislação vigente, através do direcionamento de recursos financeiros na proteção do meio

VI- estimular o cumprimento de função social da propriedade e das obrigações de seu corpo funcional, como a participação deles nos lucros e resultados:

VII- desenvolver planos de conduta ética adequados ao cumprimento dos contratos com clientes e fornecedores;

VIII- gerenciar práticas que evitem o monopólio, oligopólio, dumpings, bem como a formação de trustes e cartéis".

2.3- No intuito de corrigir equívoco na numeração dos incisos acrescentados pelo art. 2º do Substitutivo, proponho a seguinte Subemenda Modificativa:

Subemenda Modificativa Nº 01 ao Substitutivo Nº 01/2005, ao Projeto de Lei Ordinária Nº 886/20

Ementa: Modifica a numeração dos incisos do art. 2°, do Substitutivo n° 01/2005, ao Projeto de Lei Ordinária n° 886/2005.

Art. 1° Os incisos do artigo 4°, da Lei Estadual n° 12.558, de 23 de abril de 2004, acrescentados pelo art. 2° do Substitutivo N° 01/2005, ao Projeto de Lei Ordinária n° 886/2005, passam a ter a seguinte

XII- Meio Ambiente – planos de revitalização e conservação de áreas verdes, conciliando técnicas ambientalistas com a produção

XIII- Valores e Transparência – tratamento do seu público interno (funcionários) com dignidade, responsabilidade e liberdade de iniciativa, além da participação nos lucros e resultados e o desenvolvimento de meio ambientes de trabalho adequados (ergonomia);

XIV- Concorrentes- atuação objetivando evitar práticas que visem o monopólio, oligopólio, dumpings, bem como a formação de trustes e cartéis, com vistas à valorização da livre concorrência no segmento do mercado em que atua.

XV- Clientes e Fornecedores – desenvolvimento de produtos e serviços confiáveis, que não sejam prejudiciais e nem provoquem expectativas excessivas aos seus usuários; quanto aos fornecedores a empresa deve adotar conduta ética no cumprimento dos contratos bem como no relacionamento com os parceiros estratégicos

2.4- Por fim, o Substitutivo em referência deve ser aprovado por este Colegiado, com as alterações propostas por esta relatoria, uma vez que evidencia o interesse público, uma vez que estimula o incentivo a programas de desenvolvimento tecnológico e social.

#### **Betinho Gomes** Deputado

#### 3. Conclusão

Ante ao exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Substitutivo № 01/2005, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária № 886/2005, de autoria do Deputado Augusto Coutinho, com a inclusão da Subemenda

Sala da Comissão de Administração Pública, em 8 de junho de 2005.

Presidente: José Queiroz Relator : Betinho Gomes Favoráveis os (3) deputados: Aurora Cristina, José Queiroz,

## Parecer N° 5072/2005

Comissão de Administração Pública ojeto de Lei Ordinária nº 953/2005 utoria: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE ALTERA A LEI № 12.594, DE 03 DE JUNHO DE 2004. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

#### 1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária nº 953/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, conforme Ofício TCGP nº 0187/2005, para análise e emissão de

**1.2-** Trata-se de proposição que altera a altera a Lei nº 12.594, de 03 de junho de 2004.

#### 2. Parecer da Relatora

2.1- A presente propositura objetiva alterar a Lei nº 12.594, de 03 de junho de 2004, que dispõe sobre a estrutura do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, suas Unidades Administrativas, seus respectivos Cargos Comissionados e Funções Gratificadas, e estabelece normas para disciplinar os atos normativos que menciona e dá outras providências;

2.2- De acordo com ofício daquele Tribunal, as alterações proposta objetivam modificar o valor das gratificações pagas aos membros da Comissão de licitação desse Tribunal e Escola de Contas Públicas, Professor Barreto Guimarães, bem como criar duas funções gratificadas de Assessor da Chefia de Gabinete da Presidência, de símbolo TC-FGG-1, cuja necessidade decorrente do crescente aumento de atribuições daquela chefia, que demanda assistência

**2.3-** Para tanto, fica acrescentado o §  $4^\circ$  ao art.  $6^\circ$ , o §  $3^\circ$  ao art. 11, §  $5^\circ$  do art. 21, todos da referida Lei, *in verbis:* 

§ 4° Assistem ao Gabinete da Presidência 02 (dois) Assessores Técnicos da Chefia de Gabinete, aos quais são atribuídas funções gratificadas símbolo TC-FGG-1, privativas de servidor integrante do GOCE."

"Art. 11..

§ 3° Assistem à Escola de Contas 01 (um) Apoio Administrativo s 3 Assistem a Escuia de Contas y (uni) Apoin Administrativo, simbolo TC-FAG-1, de livre designação, e 01 (uma) Comissão de Licitação (COLI), integrada por 03 (três) membros, aos quais são atribuídas gratificações, de valor mensal correspondente ao da Função Gratificada de símbolo TC-FGG-3, sendo todos os membros servidores efetivos do Tribunal de Contas." "Art. 21...

§ 5º A Diretoria Geral dispõe da assistência de 01 (uma) Comissão de Licitação (COLI), integrada por 04 (quatro) membros, aos quais são atribuidas gratificações, de valor mensal correspondente ao da Função Gratificada de símbolo TC-FGG-1, sendo todos os membros servidores efetivos do Tribunal de Contas."

2.4- Ademais, o art. 4° da referida propositura, estabelece que o valor do vencimento-base do cargo de Técnico de Segurança e Transporte, símbolo TC-CST, constante do Anexo Único da supracitada Lei, passa a ser R\$ 814,38 (oitocentos e quatorze reais e trinta e oito centavos), a partir de 1° de maio de 2005;

2.5- Vale ressaltar, que as despesas decorrentes da aprovação da referida propositura, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e encontram-se de acordo com os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

2.6- Desta forma, o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado, uma vez que está em consonância com os preceitos legislação em vigor.

## etinho Gomes Deputado

Ante ao exposto, estamos em que o Projeto de Lei Ordinária  $N^\circ$  953/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, seja aprovado por este Colegiado Técnico.

Sala da Comissão de Administraç em 8 de junho de 2005.

Presidente: José Queiroz. elator : Betinho Gomes. Favoráveis os (3) deputados: Aurora Cristina, José Queiroz,

### Parecer N° 5073/2005

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 933/2005, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

> Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica e dá outras

Art. 1º Fica o Estado de Pernambuco autorizado a doar, com encargo, ao Município de Arcoverde, o imóvel integrante de sua propriedade, localizado na Avenida Conselheiro João Alfredo, s/n. Boa Vista, no Município de Arcoverde/PE.

Parágrafo único. A doação prevista no caput deste artigo tem por encargo a efetivação e consolidação dos Programas Sociais já existentes no Município, inclusive do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a implantação do Sistema Único de Assistência Social SUAS, mediante formação de equipes de apoio, além de proporcional a infra-estrutura para implantação de Programas de Saúde

Art. 2º Em caso de não atendido o encargo disposto no parágrafo único do artigo 1º da presente Lei, operar-se-á a resolução da doação do imóvel, retornando-o para a propriedade do Estado de Pernambuco.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Jacilda Urquisa Deputada

Sala da Comissão de Redação de Leis, em 8 de junho de 2005.

eis os (3) deputados: Ana Rodovalho, Izaías Régis

nte: Claudiano Martins. Relator : Jacilda Urquis

## Parecer N° 5074/2005

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 934/2005, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Estado de Pernambuco autorizado a doar, com encargo, ao Município de Carpina, o imóvel integrante de sua propriedade, localizado na Rua Dois, nº 25, Vila da Cohab I, Bairro de Santo Antônio, no Município de Carpina/PE.

Parágrafo único. A doação prevista no caput deste artigo tem por encargo a efetivação e consolidação dos Programas Sociais já existentes no Município, inclusive do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, mediante formação de equipes de apoio, e o combate à exploração sexual infantil.

Art. 2º Em caso de não atendido o encargo disposto no parágrafo único do artigo 1º da presente Lei, operar-se-á a resolução da doação do imóvel, retornando-o para a propriedade do Estado de Pernambuco.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Jacilda Urqu Deputada

Sala da Comissão de Redação de Leis, em 8 de junho de 2005.

diano Martins. nte: Clau Relator : Jacilda Urquisa. Relator : Jacilda Urquisa. Favoráveis os (3) deputados: Ana Rodovalho, Izaías Régis, Sebastião Rufino.

#### Parecer N° 5075/2005

Comissão de Administração Pública Projeto de Lei Ordinária Nº 956/2005 Autor: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

E: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA REA-JUSTAR OS VENCIMENTOS-BASE DOS CARGOS QUE INTEGRAM O QUADRO DE PESSOAL DOS GRUPOS OCUPACIONAIS DE CONTROLE GRUPOS EXTERNO – (GOCE) – e de APOIO AO CONTROLE EX-TERNO – (GOAGE), BEM COMO OS VEN-CIMENTOS- BASE DOS CARGOS EM CO-MISSÃO E OS VALORES DAS FUNÇÕES GRATIFICAÇÕES, INTEGRANTES DA ES-TRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRIBU-NAL DE CONTAS DO ESTADO DE PER-NAMBUCO. ATENDIDO O TRÂMITE REGI-MENTAL NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO. EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA REA-

1 - Vem a esta Comissão de Administração Pública, o Projeto de ei Ordinária Nº 956/2005, de autoria do Tribunal de Contas do conforme Oficio TCGP- Nº 019/2005, para análise e emissão

vencimentos-base dos cargos que integram o Quadro de Pessoal dos Grupos Ocupacionais de Controle Externo – GOCE – e de Apoio ao Controle Externo -GOACE- bem como os vencimentos-base dos cargos em comissão e os valores das funções gratificadas, integrantes da Estrutura Organizacional do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

2.1 – A presente propositura busca autorização desta Casa Legislativa para definir a fixação do reajuste dos vencimentos-base dos cargos que integram o Quadro de Pessoal dos Grupos ocupacionais de Controle Externo (GOCE) e de Apoio ao Controle Externo (GOACE), bem como, os vencimentos-base dos cargos em comissão e os valores das funções gratificadas, integrantes da estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado de

2.2 - De acordo com o Ofício nº 0190/2005, do Presidente daquele Tribunal de Contas o reajuste decorrente da proposição em apreço, é de competência constitucional deste Corte e, que as remunerações dos cargos integrantes de seus serviços auxiliares, decorrem da autonomia administrativa e financeira, conforme previsto no artigo 20 da Constituição do Estado, bem como na alínea "c" do inciso XXI do artigo 2º da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas;

**2.3-** O reajuste dos servidores proposto no artigo 1°, da presente Lei, estabelece que os cargos constantes dos Anexos I e II, da Lei Estadual nº 12.595/2004, bem como os valores dos vencimentosbase dos cargos em comissão e os valores das funções gratificadas, integrantes da estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco constante do Anexo Único, da Lei Estadual nº 12.594/2004, sendo ambas as Leis alteradas pela Lei Estadual nº 12.634, de 13 de julho de 2004, e ainda, conforme dispositivos da Constituição Estadual, ficam ajustado em onze por cento, a partir de 1° (primeiro) de junho de 2005;

2.4- Vale ressaltar, que as despesas decorrentes da presente Lei. ocorrerão por conta de dotações orçamentárias próprias daquele Tribunal. E, ainda, que a sua execução não importará em aumento

2.4- Entendemos, que o Projeto de Lei ora analisado está em condições de ser aprovado por este Colegiado, uma vez que evidencia o interesse dos Servidores dequele Tribunal Contas, bem como, encontra-se em consonância com os princípios da legislação

#### **Betinho Gomes** Deputado

#### 3 Conclusão

Presidente: José Queiroz

lator : Betinho Gomes

itoria: Poder Executivo

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária № 956/2005, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Sala da Comissão de Administração Pública em 8 de junho de 2005.

Favoráveis os (3) deputados: Aurora Cristina, José Queiroz, Sebastião Oliveira Júnior.

Parecer N° 5076/2005

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA AU-TORIZAR O ESTADO DE PERNAMBUCO A CEDER O DIREITO DE USO DOS IMÓVEIS QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊN-CIAS. NO MÉRITO PELA APROVAÇÃO.

**1.1-** Vem a esta Comissão de Administração Pública, o Projeto de Lei Ordinária N° 979/2005, oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem N° 071, de 1° de junho de 2005, para análise e emissão de parecer;

1.2- Trata-se de matéria que busca autorização deste Poder, para que o Estado de Pernambuco possa ceder o direito de uso dos imóveis que indica e dá outras providências;

2.1- A presente Proposição objetiva autorização desta Casa Legislativa, a fim de realizar cessão do direito do uso do imóvel, pertencente ao Estado de Pernambuco, consoante o que dispõe o art. 15, inciso IV, da Constituição do Estado, ao Município de Macaparana-PE;

2.2- Conforme Mensagem do Governo, a presente iniciativa insere-se no contexto de descentralização da gestão dos serviços e ações de

saúde, possibilitando a transferência de encargos ao município cessionário, integrando-o, efetivamente, ao Sistema Único de Saúde – SUS e, com isso, proporcionando aos cidadãos acesso geral e uniforme a tais serviços, na forma dos preceitos contidos na Constituição da República;

- 2.3- O imóvel objeto da cessão de que trata Projeto de Lei em apreço, dar-se-á a titulo gratuito, pelo período de 21 (vinte e um) anos, obrigando-se o cessionário a dar a destinação devida ao imóvel cedido, e, bem assim, a mantê-lo em bom estado de conservação e uso, sob pena de rescisão contratual;
- 2.4- Ademais, findo o período de vigência da cessão de uso do imóvel, a sua renovação somente poderá ser efetivada mediante a edição de lei específica, conforme dispõe o art. 4º, § 2º da Constituição do Estado;
- 2.5- No mérito, o Projeto de Lei em referência está em condições de ser aprovado por este Colegiado, uma vez que evidencia o interesse público, visto que, a proposição em análise beneficiará grande parte da população carente do Municio de Macaparana,

Ante ao exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei 979/2005, oriundo do Poder Executivo.

Sala da Comissão de Administração Pública, em 8 de junho de 2005.

ator : Mavia

Favoráveis os (4) deputados: Aurora Cristina, Betinho Gomes, José Queiroz, Sebastião Oliveira Júnior.

## Parecer N° 5077/2005

Parecer ao Projeto de Lei nº 979/2005

PROJETO DE LEI QUE AUTORIZA O ESTADO DE PERNAM-BUCO A CEDER O DIREITO DE USO DE IMÓVEL QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. PELA APROVAÇÃO.

Trata-se do Projeto de Lei Ordinária Nº 979/2005, de autoria do Governador do Éstado, encaminhado a esta Assembléia Legislativa através da Mensagem № 071/2005, de 01 de junho de 2005.

O Projeto em referência visa autorizar o Estado de Pernambuco a ceder ao Município de Macaparana, a título gratuito e pelo prazo de 21 (vinte e um) anos, o direito de uso do imóvel elencado no seu art.

A presente proposição foi apreciada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, que opinou pela constitucionalidade e legalidade da mesma, em razão do que dispõem os arts. 19, *caput*, *c/c* art. 37, III; art. 4°, § 1° e art. 15, IV, todos da Constituição Estadual, bem como art. 182, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa Legislativa. desta Casa Legislativa.

Conforme destacado na Mensagem, o imóvel objeto da presente Proposição destinar-se-á aos trabalhos a serem desenvolvidos na área de saúde do Município, tendo em vista o processo de descentralização da gestão dos serviços e ações no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

O Município, por sua vez, fica obrigado a dar a destinação devida ao bem cedido, e mantê-lo em bom estado de conservação e uso, sob pena de rescisão contratual e indenização por perdas e danos.

Diante do exposto, o Parecer desta Comissão é no sentido de que o Projeto de Lei N.º 979/2005, de autoria do Governador do Estado,

Sala da Comissão de Negócios Municip em 8 de junho de 2005.

Relator : izalas Regis. Favoráveis os (2) deputados: Ana Rodovalho, Antônio Figueirôa.

## Parecer N° 5078/2005

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 935/2005, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

enta: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Estado de Pernambuco autorizado a doar, com encargo, ao Município de Macaparana, o imóvel integrante de sua propriedade localizado na Rua Dr. Alberto José Bezerra s/n, Alvorada, Macaparana/PE.

Parágrafo único. A doação prevista no caput deste artigo tem por encargo a efetivação e consolidação dos Programas Sociais já existentes no Município, inclusive do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e a implantação do Sistema Unico de Assistência Social – SUAS, mediante formação de equipes de apoio para este mister.

Art. 2º Em caso de não atendido o encargo disposto no parágrafo único do artigo 1º da presente Lei, operar-se-á a resolução da doação do imóvel, retornando-o para a propriedade do Estado de Pemambuco. Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão de Redação de Leis, em 8 de junho de 2005.

Relator: Jacilda Urquisa. Favoráveis os (3) deputados: Ana Rodovalho, Izaías Régis,

## Requerimentos

## Requerimento N° 2899/2005

Requeremos a Mesa, ouvido o plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um VOTO DE APLAUSOS ao Colégio Desenvolver, pela homenagem prestada a um dos maiores símbolos de nosso cultura, o artista popular "Camarão".

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição dê-se

conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Jarbas de Andrade Vasconcelos, com endereço no Palácio do Campo das Princesas, Praça da República, s/n, Santo Antônio, Recife-PE, CEP: 50010-040; ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Educação e Cultura, Professor Mozart Neves Ramos, com endereço na rua Siqueira Campos, 304, Santo Antônio, Recife-PE, CEP: 50010-010, ao Exmo. Sr. Presidente da Fundarpe, Dr. Bruno Lisboa, com endereço na a Rua da Aurora, 463/469, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-500; a Direção do Colégio Desenvolver, com endereço na Rua 48, n.º 117, Espinheiro, Recife-PE, e ao Ilmo Senhor Reginaldo Alves Ferreira - "Camarão", com endereço na Rua Samuel Martins, 87, Areias, Recife-PE, CEP: 50.721-160.

Reginaldo Alves Ferreira, "Camarão", começou a percorrer os caminhos da música com 7 anos de idade, acompanhando os passos de seu pai o acordeonista Antônio Ferreira da Silva, um exímio tocador de 8 baixos, que foi seu primeiro ídolo e grande

Nascido na Zona Rural do município do Brejo da Madre de Deus, ainda muito jovem Camarão seguiu o Rei do Baião Luiz Gonzaga por algum tempo, quando o conheceu tocando profissionalmente num programa da Rádio Difusora de Caruaru. Dentro da grande amizade e admiração que tinha junto ao Rei do

Baião, surgiu a produção de dois discos através sanfoneiro do Exú, na RCA VICTOR, gravados em 1969 e 1970.

A discografia de Camarão já contabiliza 28 discos, sendo 18 – Long play "Vinil", 4 compactos, 3 de 78 rotações e 3 CDs, gravados pela Nimbus Records, da Inglaterra, no ano de 1998 com o tífulo "Camarão Plays Forro" (este exclusivo para toda a Europa). Camarão inovou a música regional pelo fato de ter criado a primeira banda de forró no País e introduzir instrumentos de sopro como: sax, trompete, trombone

etc. Tendo criado também a Orquestra Sanfônica de Caruaru, Reconhecido e homenageado por várias autoridades públicas, a exemplos do ex-Prefeito de Caruaru, Dr. João Lira em 1999; pelo ex-Governador de Pernambuco, Dr. Joaquim Francisco em 1993, além de ser reconhecido por programas de grandes audiências tanto no rádio quanto na televisão.

Porém um dos grandes momentos que marcou para sempre a vida artística de Camarão, foi no dia em que foi convidado pelo ex-Presidente da República, Dr. Jânio Quadros, para representar Pernambuco artisticamente nas comemorações do primeiro

Hoie Camarão está com 65 anos de idade, comemorando 55 de roje, Camarao esta com os anos de idade, comemorando os de carreira, motivo pelo qual o Colégio Decisão presta neste dia 08 de junho de 2005 uma justa homenagem a este que é um dos maiores símbolos da nossa cultura, mestre da música nordestina. Diante do exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta

Sala das Reuniões, em 8 de junho de 2005

Antônio Moraes Deputado

## Requerimento N° 2900/2005

Requerimento N° 2900/2005

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja realizada no âmbito da Comissão de Cidadania, em data a ser agendada, Audiência Pública destinada a conhecer e avaliar a forma de atuação, so desafios e os problemas da FUNDAC, ocasião em que deverão ser tratadas as permanentes recusas de municípios em abrigar unidades daquela instituição, seu planejamento estratégico, sua proposta pedagógica e os indicadores de avaliação da eficácia de sua atuação. Tendo como convidados especiais, a FUNDAC, a OAB/PE, O Tribunal de Justiça do Estado de Permambuco, as Varas da Infância e Juventude da capital e da RMR, o Ministério Público Estadual, a Coordenação das Promotorias da Infância e Juventude, as Promotorias da Infância e Juventude da capital e da RMR, a Rede Estadual de Combate à Prostituição Infanto-Juvenil, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, os Conselhos Municipais de Direitos, da capital e da RMR, o Conselho Estadual de Assistência Social, o Conselho Estadual de Direitos Humanos, a Secretaria de Defesa Social, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, a Secretaria Estadual de Educação, o Centro Interuniversitário de Estudos da América Latina, Ásia e Áfria – CIELA, o Centro Luiz Freire, O GAJOP, o CENDHEC, o Movimento Nacional de Meninas de Rua, o Coletivo Mulher Vida, a Casa de Passagem, o Movimento Tortura Nunca Mais, a Defensoria Pública de Pemambuco, a Associação dos Defensores Públicos e a Fundação Joaquim Nabuco.

sistido nos veículos de comunicação grande debate sobre a legislação que regulamenta os direitos de crianças e adolescentes, c Estatuto da Criança e do Adolescente. Há uma tendência no sentido de que a sociedade espera uma Lei mais rigorosa, especialmente no trato com o adolescente autor de ato infracional.

natio com o adolescente autor de ato ininacionia.

A FUNDAC tem como missão atender àqueles em situação de abndono e àqueles em situação de conflito com a Lei, chamando

atenção especial para o atendimento aos privados de liberdade. A Comissão de Cidadania realizou visita a uma das unidades da FUNDAC, no exercício passado e verificou o absoluto desrespeito às mínimas condições de dignidade que devem ser garantidas aos

De lá para cá, temos conhecimento de mudança de direção e de contratação de novos profissionais, sem que se saiba em relação ao público atendido o que está acontecendo ou mais precisamente, o que mudou.

Neste sentido, oportuno que se chame a FUNDAC, para que

que mudou.

Neste sentido, oportuno que se chame a FUNDAC, para que exponha aos integrantes do Poder Legislativo, suas metas, suas fragilidades, suas conquistas e oportunize a que com o conjunto de informações se possa produzir iniciativas de nossa competência, que garantam a cidadania daqueles atores sob a tutela da Fundac, por consequencia, sob a tutela do Estado.

Ao tempo em que coloco à disposição da Mesa Diretora e dos Senhores Deputados os resultados dessa discussão, solicito de V. Exa., que se digne a convidar as instituições acima especificadas, para participar da Audiência Pública que ora propomos.

Sala das Reuniões, em 31 de maio de 2005

# Requerimento N° 2901/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as forma regimentais seja consignado na ata dos trabalhos do dia de hoje, UM VOTO DE APLAUSO aos Editores e Diretores do "Jornal Tribuna Lajedense", pela fundação do referido Jornal, no dia 03 de março do corrente ano.

Da decisão desta casa e do inteiro teor da presente proposição, dê-se conhecimento ao Prefeito, à Câmara de Vereadores de Lajedo, aos diretores do Jornal Tribuna Lajedense, Alex Macena - Diretor Executivo, Janaina Ramos - Jornalista, Clênio Lima - Diretor Comercial, Wilson China - Assessoria, Mauricio Avson - Fotografia, Maviael Bezerra - Diagramação, todos no endereço do Jomal, Rua Padre Emílio Lins, 155, Centro, Lajedo - PE, ao Rotary Club de Lajedo na BR-423, S/N, Cohab, Lajedo - PE, a Rádio Lajedo FM, na Avenida Governador Agamenon s/n, centro, Lajedo - PE, a AMPROTRAL - Associação dos Mine e Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais de Lajedo, na pessoa do seu presidente Sr. Eronides José de Melo, na rua João Pessoa 99, centro, Lajedo – PE, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lajedo, na rua João Pessoa s/n, centro, Lajedo – PE.

É com imensa alegria que registramos a Fundação do "Jornal **Tribuna Lajedense**", pois um jornal é instrumento de eficaz comunicação entre o fato e o povo. É o jornal que aproxima o homem da notícia, que abre horizontes, instiga ao novo, ao desconhecido.

A Tribuna Lajedense surge com este propósito, o de aproximar o cidadão lajedense dos fatos do seu município e região, bem como com os excelentes artigos e matérias especiais, ainda tem como finalidade instruir, auxiliar no crescimento toda a população que terá

De periodicidade mensal, este meio de comunicação é uma iniciativa de lajedenses comprometidos com a sua terra, com o seu povo, com a sua gente, não por mero interesse mesquinho, mas pela grandeza ender dividir o que lhes foi oferecido pela vida com os demais eia com noticias, seia com os artigos e matérias especiais

Parabenizamos a todos, diretores, jornalista, colaboradores repórteres, articulistas, pois fazer um jornal é algo penoso, difícil porém gratificante, porque nosso povo não é dado ao hábito da leitura, por diversos motivos, e por isso mesmo estamos irmanados, como lajedense que somos, aos que fazem A TRIBUNA LAJEDENSE, para que consigam solidificar a presenca do jornal no seio da população do nosso município, e no futuro, quem sabe, tomá lo um jornal regional.

Ante o caráter brilhante do "Jornal Tribuna Lajedense"

es a sua aprovação. Sala das Reuniões, em 7 de junho de 2005

Adelmo Duarte

### Requerimento N° 2902/2005

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja transcrito na Ata dos trabalhos de hoje um Voto de Aplauso ao Dr. Paulo Vicente, Chefe do Setor de Patologia do Hospital do Câncer, Av. Cruz Cabugá, 1557 - Santo Amaro - Recife/PE e a toda a sua abnegada equipe de trabalho, que promoveu, naquele Hospital, um mutirão para a realização de cirurgias mamárias de urgência, fato ocorrido no dia 21 de Maio último. Da decisão desta Casa, dê-se ciência à Presidente do Conselho de Administração do Hospital do Câncer, Dra. Alexandrina Saldanha de Moura, e à Coordenadora Executiva daquele Hospital, Dra. Ligia Lacerda, Av. Cruz Cabugá, 1557 - Santo Amaro - Recife/PE. Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as form

No dia 21 de Maio último, foi divulgado pela televisão um fato merecedor da nossa atenção e do nosso aplauso, ocorrido no Hospital do Câncer desta cidade.

O Dr. Paulo Vicente, Chefe do Setor de Patologia daquele hospital, numa atitude de abnegação e humanismo, promoveu, pela primeira vez na história daquela entidade, um mutirão para a realização de cirurgias mamárias de urgência urgentíssima.

Com muita sensibilidade e abnegação, 13 cirurgiões e 07 anestesistas de outras entidades públicas e privadas, somaram-sea o Dr. Paulo Vicente e sua equipe, perfazendo um total de 50 profissionais da saúde, e realizaram, 16 cirurgias de câncer mamário em pacientes que teriam de esperar até 02 meses para serem operadas, mas que a gravidade dos casos não permitiam essa espera.

espera.

O Projeto foi executado com muito sucesso, graças à competência e o riojeto no executado com munto sucesso, graças a competencia e abnegação do Dr. Paulo Vicente e de toda a equipe que se empenhou nesse trabalho de solidariedade e humanismo, que a todos deve servir como dignificante exemplo.

Acontecimento como este representa nobreza de espírito, abnegação e um grande ensinamento humanitário.

Quero, portanto, parabenizar o Dr. Paulo Vicente e sua valorosa equipe e solicitar a esta Casa a aprovação deste merecido Voto de Anlauso.

Sala das Reuniões, em 8 de junho de 2005

Geraldo Coelho Deputado

#### Requerimento N° 2903/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja retirado de tramitação o Projeto de Lei Ordinária nº 949/2005 que propunha fosse denominada Casa da Cultura de Pernambuco Fernando Freyre, a Casa da Cultura de

#### Justificativa

A retirada de tramitação se dá em razão de que o prédio público, em referência, Casa da Cultura, já recebeu denominação através de Lei que se encontra em vigor, homenageando Luiz Gonzaga. Razão pela qual solicitamos o apoio de nossos ilustres pares para o apoiamento à presente propositura.

Sala das Reuniões, em 8 de junho de 2005

# Requerimento N° 2904/2005

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja encaminhado, na forma do Inciso XXII do art. 14 da Constituição do Estado de Pernambuco, o presente **PEDIDO DE INFORMAÇÕES** ao secretário estadual de Produção Rural e Reforma Agrária, engenheiro agrônomo Ricardo Ferreira Rodrigues, relativo a distribuição de sementes e adubos aos agricultores dos municípios de Igarassu e Araçoiaba, assim como informar a respeito da existência ou não de projeto destinado aos pescadores de Igarassu, mencionando o valor destinado e o critério adotados, pertinentes aos itens abaixo discriminados:

1.Quais os critérios adotados na distribuição de sementes e adubos

para os agricultores dos municípios de Igarassu e Araçoiaba; 2.Quantas toneladas foram destinadas aos agricultores e o seu valor

3. Quais os órgãos credenciados para a entrega das sementes e

adubos e a data pré-fixada para tal finalidade; 5. Se o município de Igarassu foi beneficiado pelo Projeto Renascer, e em caso afirmativo, informar qual o distrito contemplado, as pessoas beneficiadas, mencionando endereço e valor recebido individualmente.

6. Quais os critérios adotados na indicação dos possíveis

beneficiados;

7.Se existe projeto destinado ao amparo e apoio aos pescadores do montante município de Igarassu, se afirmativo, qual o valor do montante destinado e os critérios adotados para tal finalidade;

8.Se, além do projeto relativo ao item anterior, existe outro programa, objetivando beneficiar outras categorias;

9. No caso da existência de programas e ou projeto, informar, além do procedimento adotado, qual ou quais pescador(es) beneficiado(s), informar o(s) nome(s) do(s) contemplado(s), endereco(s), valor(es) e cópias dos respectivos CONTRATOS.

O presente PEDIDO DE INFIRMAÇÕES se justifica pelo fato de dirimir dúvidas quanto a distribuição de sementes e adubos para os agricultores dos municípios de Araçoiaba e Igarassu bem como esclarecer o procedimento que visa contemplar os pescadores de Igarassu atra'ves do Projeto Renascer

Sala das Reuniões, em 12 de maio de 2005

Guilherme Uchôa Deputado

DEFERIDO

## Requerimento N° 2905/2005

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja encaminhado na forma do Inciso XXII do art. 14 da Cons mentais, seja encaminhado na forma do Inciso XXII do art. 14 da Constituição do Estado de Pernambuco, o presente PEDIDO DE INFOR-MAÇÕES, ao presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa, engenheiro Luiz Gonzaga Perazzo relativo aos valores de envio das contas da Compesa para os municípios de Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Itamaracá, Itapissuma e Igarassu, mencionando o valor de envio e a empresa favorecida, conforme discriminação abaixo:

1.Qual o preço da tarifa postal entre os municípios de Itamaracá,

1.Qual o preço da tarifa postal entre os municípios de Itamaracá, Itapissuma e Igarassu?
2.Quando o usuário tem mais de um imóvel no mesmo município e solicita que a conta seja entregue em um único endereço, qual o valor estipulado da tarifa postal?
3.Qual o preço da tarifa postal quando o usuário tem mais de um imóvel em municípios diferentes, qual o valor da tarifa para a entrega em um único município?
4.Se existe, em termo de valores, diferença entre um município e outro para a entrega das contas?
5.Qual o valor das tarifas postais entre os municípios de Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma e Itamaracá?
6. Se o valor recebido é direto da Compesa o us e existe alguma empresa terceirizada credenciada para o recebimento dos valores?
7. Se existe algum contrato entre a Compesa e os Correios, e em caso afirmativo, informar o valor da tarifa postal entre os múnicípios de Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma e Itamaracá?

O presente PEDIDO DE INFORMAÇÕES se justifica pelo fato de dirimir dúvidas quanto a distribuição das contas da Compesa entre um município e outro e ainda quando algum proprietário possua vários imóveis e solicita que a correspondência pertinente a conta da Compesa seja entregue e um único endereço de um único município ou na mesma cidade.

Sala das Reuniões, em 1 de junho de 2005

# Requerimento N° 2906/2005

Requeremos à Mesa, cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário Estadual da Educação acerca do sistema de vigilância eletrônica das escolas públicas do Estado, sendo ressaltado o nome das escolas que possuem o sistema, a ocorrência de ações criminosas nestas escolas, e envida cópia do processo de contratação das empresas de segurança contratadas.

A violência pública aflige toda a população do Estado de Pernambuco, sendo que as Escolas Públicas têm sido alvo de constantes investidas de criminosos.

O Governo do Estado contratou empresa de segurança para fazer a proteção das Escolas Estaduais, sendo que para instrumentalizar a fiscalização do Poder Legislativo, se faz necessário o presente

questionamento, que contará com o apoio de todos os meus pares

Teresa Leitão Deputada

DEFERIDO

## Requerimento N° 2907/2005

Requeremos à Mesa, cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Evandro Avelar, Presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU a cerca do cumprimento do disposto na Lei Estadual nº 12.745, de 30 de dezembro de 2004.

A Lei Estadual nº 12.745, de 30 de dezembro de 2004, estabelece que: Art. 1º No caso de ocupação de todos os assentos reservados para idosos e portadores de deficiência física em ônibus de transporte público na Região Metropolitana do Recife o motorista fica obrigado a permitir o ingresso no veiculo pela porta destinada ao desembarque. § 1º O disposto no caput deste artigo se aplica nos casos de ônibus

em que o embarque seja feito pela porta dianteira. § 2º Têm direito ao embarque pela porta de desembarque idosos e portadores de deficiência física que sejam beneficiados pela gratuidade de transporte nos termos da Lei Estadual nº 11.519, de 05 de janeiro

Art. 2º A não observância do disposto na presente Lei, acarreta multa no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), de acordo com a capacidade contributiva da empresa de

§1º Em caso de 1a. reincidência, a multa deverá ser aplicada em dobro §2º As multas aplicadas nos termos do caput deste artigo, serão destinadas ao Fundo Estadual de Assistências Social – FEAS.

Art. 3º A fiscalização da aplicação da presente norma é de competên cia do órgão estatal competente para fiscalizar o transporte público. Art. 4º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se todas as disposições em contrário Ocorre que, segundo informações, o estabelecido na supra citada lei não está sendo obedecido por diversas empresas de transporte público da Região Metropolitana do Recife.

Desta forma, para instrumentalizar a fiscalização do Poder Legislativo se faz necessário o presente questionamento, que contará com o apoio de todos os meus pares deste Poder Legislativo. Sala das Reuniões, em 6 de junho de 2005

Teresa Leitão

DEFERIDO

## Atas de Comissão

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUI ÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2005

ÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 07 DE JUNHO DE 2005.

Às dez horas do dia sete do mês de junho do ano de dois mil e cinco, no Plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa — Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Bruno Rodrígues, reuniram-se os Deputados ALF, Augusto Coutinho, Isaltino Nascimento, Jacilda Urquisa, José Queiroz e Pedro Eurico, membros efetivos, e os Deputados Adelmo Duarte, Augusto César, Aurora Cristina, Bruno Araújo e Lourival Simões, membros suplentes. Observado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a reunião e passosu à leitura da ata da reunião anterior, que, não tendo sofrido qualquer impugnação, foi dada por aprovada. Em seguida, o Presidente passou da distribuição das proposições, cujo resultado foi o seguinte: Projeto de Lei Ordinária nº 977/2005, de autoria do Presidente do Tribunal de Justiça de Pemambuco (Ementa: Dispõe sobre a criação do Juizado de Trânstlo e determina providências pertinentes), distribuído para o Deputado Adelmo Duarte; Projeto de Lei Ordinária nº 966/2005, de autoria do Deputado Betinho Gomes (Ementa: Institu o Dia Estadual do Forró Pé-de-Serra), distribuído para o Deputado Adelmo Duarte; Projeto de Lei Ordinária nº 969/2005, de autoria do Deputado Teresa Leitão (Ementa: Altera a redação do § 1º do art. 10 do art. 13, do caput e do inciso I do art. 21 e acrescenta art. 39, todos da Lei nº 12.280, de 11 de novembro de 2002, e da outras providencias), distribuído para o Deputado Augusto Coulinho; Projeto de Lei Ordinária nº 971/2005, de autoria do Deputado Deputado Betra de Ceça Ribeiro (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas prestadoras do serviço de telefonia fixa no âmbito do Estado de Pemambuco, a sinalizarem os terminais de uso público), distribuído para o Deputado Augusto Coúrnária nº 971/2005, de autoria do Deputado Bruno Araújo; Projeto de Lei Ordinária nº 978/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco e de Lei Ordinária nº 97 Às dez horas do dia sete do mês de junho do ano de dois mil e cinco

uso de imóvel público, mediante prévia licitação, nos termos do artigo 4º, §1º, da Constituição do Estado, e artigo 2º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores), distribuído para o Deputado Bruno Araújo, Projeto de Lei Ordinária nº 984/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a conceder o direito de uso de imóvel público, mediante prévia licitação, nos termos do artigo 4º, §1º, da Constituição do Estado, e artigo 2º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores), distribuído para o Deputado Augusto César; Subemenda Supressiva nº 01, apresentada pela Mesa Diretora (Ementa: Suprima-se do artigo 1º, ao Projeto de Resolução n.º 509/2004, a seguinte Expressão: "e que tenha residência fixa e desenvolva atividades habituais no Estado de Pernambuco"), ao Substitutivo n.º 01, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Resolução n.º 509/2004, ao Projeto de Resolução n.º 509/2004, ao Projeto de Resolução n.º 509/2004, ao Projeto de Pernambuco e dá outras providências), distribuído para o Deputado Augusto Coutinho, por dependência; Subemenda Modificativa nº 02, apresentada pela Mesa Diretora (Ementa: Dê-se ao inciso I, do art. 3º, do Substitutivo n.º 01, ao Projeto de Resolução n.º 509/2004, a seguinte redação), ao Substitutivo nº 01, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Resolução nº 509/2004, a seguinte redação), ao Substitutivo nº 01, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Resolução nº 509/2004, a o Projeto de Resolução nº 509/2004, a Projeto de Resolução nº 509/20 (Ementa: Disciplina a concessão do Título Honorífico de Cidadão de Pernambuco e dá outras providências), distribuído para o Deputado Augusto Coutinho, por dependência; Subemenda Modificativa nº 03, apresentada pela Mesa Diretora (Ementa: Dê-se ao inciso VI, do art. 5º, do Substitutivo nº 01, ao Projeto de Resolução nº 509/2004, a seguinte redação), ao Substitutivo nº 01, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Resolução nº 509/2004), ao Projeto de Resolução nº 509/2004, de autoria do Deputado Nelson Pereira (Ementa: Disciplina a concessão do Título Honorífico de Cidadão de Pernambuco e dá outras providências), distribuído para o Deputado Augusto Coutinho, por dependência. Em seguida, o Presidente passou à discussão das proposições cujo resultado foi o seguinte: Projeto de Lei Ordinária nº 914/2005, de autoria do Deputado Manoel Ferreira (Ementa: Disciplina a criação, propriedade, posse, guarda uso e transporte de cães e gatos e institui o cadastramento através de identificação eletrônica por microchip, no Estado de Pernambuco.), Relatora Deputada Aurora Cristina – Rejeitado, unanimemente, por vício de inconstitucionalidade: Proieto de Lei Ordinária nº 927/2005, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Considera a Festa da Lavadeira patrimônio cultural do povo de Pernambuco), Relator Deputado Adelmo Duarte – Concedido o pedido de vistas ao Deputado Bruno Araújo; Projeto de Lei Ordinária nº 930/2005, de autoria da Deputada Malba Lucena (Ementa: Dispõe sobre a gratuidade aos alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, uniformizados da Rede Pública Municipal, Estadual e Federal portadores da identidade estudantil.), Relator Deputado Sebastião Oliveira Júnior – Retirado de tramitação de tramitação: Projeto de Le Ordinária nº 938/2005, de autoria do Deputado Izaías Régis (Ementa Dispõe sobre a fixação de tabela de preços dos serviços nas agências bancárias), Relator Deputado Pedro Eurico – Na ausência do Deputado Pedro Eurico, foi designado o Deputado Augusto Coutinho para relatar – Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 939/2005, de autoria do Deputado Manoel Ferreira (Ementa: Dispõe sobre a segurança nos coletivos que transitam na Região Metropolitana do Recife), Relator Deputado Sílvio Costa – Na ausência do Deputado Sílvio Costa, foi designado o Deputado Louriva Simões para relatar – Rejeitado, unanimemente, por vício de inconstitucionalidade: Projeto de Lei Ordinária nº 940/2005, de autoria do Deputado Ricardo Teobaldo (Ementa: Denomina Rodovia Prefeito Arthur Guerra Cavalcanti), Relator Deputado Augusto César Retirado de pauta a pedido do relator; Projeto de Lei Ordinária nº 942/2005, de autoria do Deputado Betinho Gomes (Ementa: Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuin do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadoria sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS, na hipótese que especifica). Relator Deputado Jacilda Urquisa — Retirado de pauta a requerimento da relatora; Projeto de Lei Ordinária nº 943/2005, de autoria do Internunicipal é de Comunicação-ICMS, na hipótese que específica), Relator Deputado Jacilda Urquisa – Retirado de pauta a requerimento da relatora; Projeto de Lei Ordinária nº 943/2005, de autoria do Deputado Betinho Gomes (Ementa: Toma obrigatória a aposição de placa de orientação sobre o DPVAT, em hospitais públicos e privados e em empresas funerárias, situadas no Estado de Pernambuco), Relator Deputado Sebastião Oliveira Júnior, Foi designado o Deputado Isaltino Nascimento para relatar – Rejeitado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 953/2005, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (Ementa: Altera a Lei nº 12.594, de 03 de junho de 2004), Relator Deputado Sebastião Oliveira Júnior – Retirado de pauta a requerimento do relator; Projeto de Lei Ordinária nº 953/2005, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (Ementa: Altera a Lei nº 12.600, de 14 de junho de 2004), Relator Deputado Sebastião Oliveira Júnior – Retirado de pauta a requerimento do relator; Projeto de Lei Ordinária nº 955/2005, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (Ementa: Altera a Lei nº 12.595, de 04 de junho de 2004), Relator Deputado Sebastião Oliveira Júnior – Retirado de pauta a requerimento do relator; Projeto de Lei Ordinária nº 955/2005, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (Ementa: Reajusta os vencimentos base dos cargos que integram o Quadro de Pessoal dos Grupos Ocupacionais de Controle Externo (GOCE) e de Apoio ao Controle Externo (GOACE), bem como os vencimentos-base dos cargos em comissão e os valores das funções gratificadas, integrantes da estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (ementa: Reajusta os vencimentos base dos cargos que integram o Quadro de Pessoal dos Grupos Ocupacionais de Controle Externo (GOCE) e de Apoio ao Controle Externo (GOACE), bem como os vencimentos-base dos cargos em comissão e os valores das funções gratificadas, integrantes da estrutura a re vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou

**DEPUTADO BRUNO RODRIGUES** Presidente da CCLJ

Deputado ALF Deputado Augusto Coutinho Deputado Isaltino Nasciment Deputada Jacilda Urquisa Deputado José Queiroz Deputado Pedro Eurico

Deputado Augusto Césa

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUI-ÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2005.

DE 2005.

Ås dez horas e trinta minutos do dia trinta e um do mês de maio do ano de dois mil e cinco, no Auditório, localizado no sexto andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa — Edifficio Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado Bruno Rodrígues, reuniram-se os Deputados Augusto Coutinho, Isaltino Nascimento, Jacilda Urquisa, José Queiroz, Pedro Eurico e Sebastião Oliveira Júnior, membros efetivos, e os Deputados Bruno Araújo, Roberto Liberato e Silvio Costa, membros suplentes. Observado o quorum regimental, o Presidente declarou aberta a reunião o passou à leitura da ata da reunião anterior, que, não tendo sofrido qualquer impugnação, foi dada por aprovada. A convite deste Colegiado, compareceu a esta reunião o Sr. Júlio Jonas Pinto de Santana, representante da Secretaria Estadual de Administração e Reforma do Estado, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei Complementar nº 946/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Unifica as matrizes de vencimento base dos órgãos que indica, altera estrutura de remuneração, e dá outras providências), cujo relator é o Deputado Sebastião Oliveira Júnior. Em seguida, o Presidente passou à distribuição das proposições, cujo resultado foi o seguinte: Projeto de Lei Ordinária nº 960/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera o §4º do artigo 4º da Lei nº 12.758, de 24 de janeiro de 2005, que cria e extingue cargos e funções que indica, e dá outras providências), distribuído para o Deputado Sebastião Oliveira Júnior; Projeto de Lei Ordinária nº 961/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui o dia 13 de abril de 1817 como a data de criação da Polícia Civil do Estado de Pemambuco, adota como seu patrono o Patriota Felipe Néir Ferreira, e dá outras providências), distribuído para o Deputado Sebastião Oliveira Júnior; Projeto de Lei Ordinária rê verta de criação de Operador do Estado (Ementa: Institui o dia 13 de abril de 1817 como a data de criação da Polícia Civil do Estado de Pemambuco, adota como seu patrono o Pa patrono o Patriota Felipe Néri Ferreira, e dá outras providências), distribuído para o Deputado José Queiroz; Projeto de Lei Ordinária  $n^{\rm o}$ 963/2005, de autoria do Deputado Sebastião Rufino (Ementa: Declara e utilidade pública o Centro Espírita Vicente de Paulo), distribuído para o Deputado Pedro Eurico; Projeto de Lei Ordinária nº 964/2005, de autoria da Deputada Ceça Ribeiro (Ementa: Torna obrigatória a gratuidade do serviço de tele atendimento ao consumidor no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências), distribuído para o Deputado Silvio Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 965/2005, de autoria do Procurador Geral de Justiça (Ementa: Cria o Fundo de Modernização do Ministério Público do Estado de Pernambuco – FUMPPE e dá outras providências), distribuído para o Deputado Augusto César; Emenda Modificativa nº 01, apresentada pela Comissão de Negócios Municipais (Ementa: Altera a redação do art 2º do Projeto de Lei Ordinária nº 933/2005), ao Projeto de Lei Ordinária nº 933/2005 (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica e dá outras providências), de autoria do Governador do Estado, distribuído para o Deputado Lourival Simões, por dependência; Emenda Modificativa nº 01, apresentada pela Comissão de Negócios Municipais (Ementa: Altera a redação do art. 2º do Projeto de Lei Ordinária nº 934/2005), ao Projeto de Lei Ordinária nº 934/2005 (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica e dá outras providências), de autoria do Governador do Estado, distribuído para o Deputado Lourival Simões, por dependência; Emenda Modificativa nº 01, apresentada pela Comissão de Negócios Municipais (Ementa: Altera a redação do art. 2º do Projeto de Lei Ordinária nº 935/2005), ao Projeto de Lei Ordinária nº 935/2005 (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica e dá outras providências), de autoria do Governador do Estado, distribuído para o Deputado Louriva Simões, por dependência; Subemenda Modificativa nº 03 apresentada pela Comissão de Saúde (Ementa: Altera as redações da Ementa, do caput do art. 2º e do §2º, do art. 2º da Subemenda Substitutiva n.º 01 ao Substitutivo n.º 02, ao Projeto de Lei Ordinária nº 52/2003), à Subemenda Substitutiva nº 01, apresentada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação do Substitutivo nº 02 ao Projeto de Lei Ordinária nº 52/2003), ao Substitutivo nº 02, apresentado pela Comissão de Saúde (Ementa: Apresenta Substitutivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 52/2003, de autoria do Deputado Sebastião Oliveira Júnior), ao Projeto de Lei Ordinária nº 52/2003, de autoria do Ordinária nº 52/2003), ao Substitutivo nº 02, apresentado pela Comissão de Saúde (Ementa: Apresenta Substitutivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 52/2003, de autoria do Deputado Sebastião Oliveira Júnior (Ementa: Obriga as cantinas das escolas públicas e particulares, em Pernambuco, a submeterem os seus cardápios de alimentação à aprovação do SBEM-PE), distribuído para o Deputado Augusto César, por dependência. Em seguida, o Presidente passou à discussão das proposições, cujo resultado foi o seguinte: Proposta de Emenda Constitucional nº 16/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera os artigos 19 e 100 da Lei Maior Estadual), Relator Deputado Sebastião Oliveira Júnior – Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Complementar nº 946/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Unifica as matrizes de vencimento base dos órgãos que indica, altera estrutura de remuneração, e dá outras providências), Relator Deputado Sebastião Oliveira Júnior – Aprovado por unanimidade; Emenda Modificativa nº 01, apresentada pelo Governador do Estado (Ementa: Dá nova redação ao inciso 1 do art. 13 e ao anexo IV do PLC nº 946/05), ao Projeto de Lei Complementar nº 946/2005, de sua autoria (Ementa: Unifica as matrizes de vencimento base dos órgãos que indica, altera estrutura de remuneração, e dá outras providências), Relator Deputado Sebastião Oliveira Júnior – Aprovada por unanimidade; Projeto de Lei Complementar nº 946/2005, de sua autoria (Ementa: Unifica as matrizes de vencimento base dos órgãos que indica, altera estrutura de remuneração, e dá outras providências), Relator Deputado Sebastião Oliveira Júnior – Aprovada por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 886/2005, de autoria do Deputado Augusto Coutinho (Ementa: Cria o Selo de Responsabilidade Social Estadual), Relator Deputado Bruno Rodrígues - O Presidente designou a Deputada Judia Urquisa para relatar - Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 924/2005, de autoria do Deputado Setado de Deputado Setado de Pernambuco, Relator Deputado Augusto a doação do cordão umbilical dos recém-nascidos, no âmbito do Estado de Pernambuco), Relatora Deputada Aurora Cristina – Retirado de pauta a requerimento da autora; Projeto de Lei Ordinária  $n^{\rm o}$  937/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dá nova

redação aos artigos 48 e 49 da Lei nº 11.304, de 28 de dezembro de 1995), Relatora Deputada Jacilda Urquisa — Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 941/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Concede pensão especial), Relator Deputado Augusto Coutinho — Aprovado por unanimidade; Projeto de Resolução nº 891/2005, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Institui no calendário da Assembléia Legislativa de Pernambuco a realização periódica do Seminário Estadual de Educação do Poder Legislativo), Relator Deputado José Queiroz — Aprovado por unanimidade; Projeto de Resolução nº 958/2005, de autoria dos Deputados Augusto Coutinho, Jacilda Urquisa e José Queiroz (Ementa: Institui a "Medalha Leão do Norte"), Relator Deputado Bruno Araújo — Aprovado por unanimidade; Emenda Modificativa nº 01, apresentada pela Comissão de Negócios Municipais (Ementa: Altera a redação do art. 2º do Projeto de Lei Ordinária nº 933/2005), ao Projeto de Lei Ordinária nº 933/2005 (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica e dá outras providências), de autoria do Governador do Estado, Relator Deputado Lourival Simões — Na ausência do Deputado Lourival Simões, foi designado o Deputado Augusto Coutinho para relatar - Rejeitada por unanimidade; Emenda Modificativa nº 01, apresentada pela Comissão de Negócios Municipais (Ementa: Altera a redação do art. 2º do Projeto de Lei Ordinária nº 934/2005), ao Projeto de Lei Ordinária nº 934/2005 (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, com encargo, o imóvel que indica e dá outras providências), de autoria do Governador do Estado, Relator Deputado Lourival Simões — Na ausência do Deputado Lourival Simões, foi designado o Deputado Augusto Coutinho para relatar - Rejeitada por unanimidade; Emenda Modificativa nº 01, apresentada pela Comissão de Negócios Municipais (Ementa: Altera a redação do art. 2º do Projeto de Lei Ordinária nº 935/2005), ao Projeto de Lei Ordinária nº 936/2005 (Ementa: Altera a redação do art. 2º do Projeto de L imóvel que indica e dá outras providências), de autoria do Governado do Estado, Relator Deputado Lourival Simões - Na ausência do Deputado Lourival Simões, foi designado o Deputado Augusto Coutinho para relatar - Rejeitada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos e convocou a próxima reunião ordinária para o dia sete do mês de junho do ano em curso, às dez horas. Do que, para constar, Eu, Paulo Roberto Fernandes Pinto Júnior, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas

**DEPUTADO BRUNO RODRIGUES** 

Deputado Augusto Coutinho Deputado Isaltino Nasciment Deputada Jacilda Urguisa Deputado Pedro Eurico

Deputado Bruno Araúio Deputado Roberto Liberato Deputado Silvio Costa

## **Portarias**

## **PORTARIA Nº 208**

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo vista o contido no Ofício nº 253849/2005, do Deputado Pedro Eurico, RESOLVE: atribuir a gratificação de Representação de 78% (setenta e oito por cento) ao servidor LUCILO SANTOS DE OLIVEIRA, do e oito por cento) ao servidor **LUCILO SANTOS DE OLIVEIRA**, de Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, na Função de Secretário Parlamentar, retroagindo a 1º de junho do corrente, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pela Lei

> etaria da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco Em, 07 de junho de 2005.

Deputado JOÃO NEGROMONTE

(REPUBLICADA POR INCORREÇÃO)

## PORTARIA Nº 210

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Oficio nº 253849/2005, do Deputado Pedro Eurico, RESOLVE: atribuir a gratificação de Representação de 78% (setenta e oito por cento) ao servidor LUCILO SANTOS DE OLIVEIRA, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, na Função de Secretário Parlamentar, retroagindo a 1º de junho do corrente, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pela Lei nº 12.347/03.

ecretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco Em, 07 de junho de 2005.

Deputado JOÃO NEGROMONTE

(REPUBLICADA POR INCORREÇÃO)

## PORTARIA Nº 44

A SUPERINTENDÊNCIA GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 417268/2005 e Parecer da Procuradoria Geral, ESCALVEI, Capacida e JEAN BADILHA MODESTO. Accessor

da Procuradoria Geral, RESOLVE: Conceder a IRAN PADILHA MODESTO, Assessor Técnico Legislativo, Nível III, Classe 6, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, 06 (seis) meses de licênça prêmio para gozo oportuno, correspondente ao 2º(segundo) decênio, completados em 16 de maio de 2004, nos termos do Art.112, Parágrafo Único, da Lei nº 6.123/68 e Art. 1º §2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 16/96.

Sala Austro Costa, 07 de junho de 2005

EVA MARIA DE ANDRADE LIMA